

Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

CARF e o voto de qualidade 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo conta com rara expansão nas receitas para zerar déficit em 2024 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O Carf serve para proteger leis, não arrecadação! - OPINIÃO JURÍDICA 6

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo federal prevê R\$ 486 bi em desonerações 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Entenda a nova regra para importações online 9

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Classe média e ricos são os que mais compram em sites de fora 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

"Aposentadoria sairá em 45 dias" 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ANFIP

Justiça fiscal é essencial para o sucesso da reforma tributária 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Segurado tem direito a atualizar benefício 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Juros caem em junho e crescimento será maior 24

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arcabouço fiscal deve ser enviado hoje ao Congresso 27

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Recessão segue no radar, mas reformas podem mudar rumo" 28

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Órgão deve monitorar efeitos do arcabouço fiscal 30

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Líder do maior bloco da Câmara afirma que grupo vai garantir governabilidade a Lula 31

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Importações sem controle tiram a competitividade do varejo (Artigo)	34
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
À espera do Desenrola (Editorial)	36
O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Superpotências sem pessoas - MOISÉS NAÍM	37
O GLOBO - RJ - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Lula volta ao país com expectativa por vaga no STF e teste no Congresso	39
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Apoio do BNDES a obras no exterior vai passar por aval do TCU	41
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Melhor, com riscos (Editorial)	44
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Quatro fundos imobiliários perdem R\$ 1,8 bi	45
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
BCs sinalizam fim de ciclo de juro alto	49
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
O desafio do arcabouço fiscal - HENRIQUE MEIRELLES	50
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
Ameaça de protecionismo (Editorial)	51
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
O dólar abaixo de R\$ 5 e as perspectivas para a moeda - SERGIO LAMUCCI	52
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
Subsídios de Biden já atraíram US\$ 200 bi em investimentos	54
VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Aumenta aversão do resseguro global ao Brasil	55

CARF e o voto de qualidade

Em janeiro deste ano, foi publicada a Medida Provisória (MP) que retoma o voto de qualidade no âmbito do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)**, órgão colegiado, integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, que possui a atribuição de julgar, em segunda instância administrativa, os litígios em matéria tributária e **aduaneira**.

"Reinserido por meio da MP 1160/2023, o voto de qualidade corresponde a uma técnica de desempate em que, na hipótese de haver empate, a decisão final será do representante da Fazenda Nacional, que são os presidentes das Turmas e Câmaras do **CARF**", explica George Alex Lima de Souza, diretor de Defesa Profissional e Assuntos Técnicos da Unafisco.

Há três anos, o voto de qualidade havia sido extinto com a Lei 13.988, oriunda da MP do Contribuinte Legal, onde foi estabelecido que os empates seriam decididos a favor do contribuinte. Desde 2020, a Unafisco se posiciona contra o fim do voto de qualidade, tendo atuado em duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI).

"Enviamos, inclusive, uma denúncia à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), apontando o fim do voto de qualidade do **CARF** como um fator negativo para a entrada do país naquele órgão. Hoje em dia, destacamos que a volta do voto de qualidade não traz prejuízo ao contribuinte que possuir uma decisão desfavorável, pois ainda poderá recorrer ao Judiciário para discutir o crédito tributário", contextualiza.

O especialista destaca que o assunto está relacionado com a **reforma tributária**, pois se propõe a reduzir os litígios tributários, em âmbito judicial e administrativo, em razão da simplificação normativa. Na prática, sem a existência do voto de qualidade, o Judiciário será acometido de um grande volume de processos, o que atuará negativamente na celeridade processual.

"A proposta do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de dispensar parte ou a integralidade de multas e juros quando houver decisão por voto de qualidade não encontra apoio da Unafisco Nacional, pois isso será um estímulo aos planejamentos tributários abusivos e atuará negativamente no cumprimento voluntário das obrigações tributárias", diz.

Em contrapartida, George Alex ressalta que uma ideia

mais adequada para o ambiente político pode envolver o alívio das garantias que o contribuinte tem que apresentar na justiça quando discute a decisão do **CARF** que lhe foi contrária. "Isso, a depender do perfil histórico de colaboração do contribuinte com o Fisco, mas sem envolver qualquer desconto no total da dívida tributária", complementa.

Governo conta com rara expansão nas receitas para zerar déficit em 2024



Fernando Haddad (Fazenda), em seu gabinete na sede paulista do ministério #SonnySantos - Zabi23/Folhapress

Fábio Pupo

BRASÍLIA

O governo conta com uma expansão da receita líquida acima da média e poucas vezes registrada na história para alcançar o cenário de déficit zero nas contas públicas no ano que vem. Os dados considerados pelo governo apontam para um avanço real acima de 8% em 2024 (para R\$ 2,1 trilhões), enquanto a série do Tesouro Nacional registra um crescimento real médio de 4,8% nos últimos 25 anos.

Os números, enviados pelo governo ao Congresso na sexta-feira (14) por meio do PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias), mostram quanto o plano fiscal do ministro Fernando Haddad (Fazenda) depende de uma expansão da arrecadação para buscar o reequilíbrio das contas públicas -expectativa da equipe econômica baseada tanto em uma melhora da atividade econômica como em novas medidas para obtenção de receitas.

Felipe Salto, economista-chefe da corretora Warren Rena e ex-diretor executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente, órgão do Senado que monitora as contas públicas), calcula que a receita líquida projetada pelo governo para 2024 representa um crescimento real de 8,4% sobre a previsão mais atualizada para 2023.

Segundo Salto e o analista Josué Pellegrini (também da Warren), a despesa prevista no PLDO veio alinhada às contas deles (uma expansão real próxima

ao teto permitido de 2,5%), mas a receita veio R\$ 130 bilhões acima do que eles vinham calculando.

"A melhora do resultado primário, em 2024, dependerá de uma forte elevação das receitas", afirmam em relatório distribuído aos clientes. "Resta, no entanto, explicar como atingir essa dinâmica", dizem.

A série do Tesouro Nacional mostra que um crescimento como o projetado pelo governo ou acima disso aconteceu poucas vezes. Nos últimos dez anos, apenas no ano atípico de 2021 -quando avançou 21% em termos reais contra um ano antes (em meio à recuperação pós-paralisação causada pela Covid-19 em 2020).

Em 2022, (mais recente ano com os dados fechados), houve crescimento real de 7,74% na receita líquida sobre um ano antes. Em 2023, no entanto, os dados preliminares apontam para estabilidade -com risco até mesmo de queda.

A projeção do governo para as receitas tem atraído a atenção dos analistas por contrastar com o desempenho recente da atividade e da arrecadação. Além de o **PIB** (Produto Interno Bruto) considerado pelo governo estar acima do previsto pelo mercado, há sinais de perda de fôlego nas receitas mês a mês desde o fim de 2022.

A receita líquida acumulada em 12 meses vem desacelerando de agosto para cá. Naquele mês, o indicador avançou em termos reais 12,1% (contra um ano antes). Depois, reduziu a alta para 11,8% em setembro, 11,4% em outubro, 10,3% em novembro, 7,7% em dezembro, 6,0% em janeiro e 4,2% em fevereiro (mais recente dado disponível).

"Pelos nossas projeções, até o meio do ano, também considerando o cálculo acumulado em 12 meses frente aos 12 meses anteriores, as receitas líquidas, já retirando concessões, dividendos e royalties, devem ter queda real de 0,7%", afirmam Salto e Pellegrini.

O cenário vem reforçando entre analistas a ideia de que novas iniciativas para zerar o déficit em 2024 serão necessárias. "Nesse momento, a maior incerteza incide sobre o cumprimento das metas de primário, que requer um aumento substancial das receitas", dizem analistas do Bradesco em relatório da

última semana.

Haddad anunciou que pretende lançar medidas de arrecadação com o objetivo de impulsionar as receitas em R\$ 150 bilhões ao ano, o que poderia, em tese, fechar as contas para o ano que vem. Até agora, ele mencionou um conjunto de três iniciativas que, somadas, geram até R\$ 113 bilhões.

São elas a tributação do mercado de apostas esportivas eletrônicas (de R\$ 12 bilhões a R\$ 15 bilhões), as novas regras para evitar fraudes de plataformas de varejo internacionais (de R\$ 7 bilhões a R\$ 8 bilhões) e o fim de brechas que permitem a empresas abater **tributos** federais usando benefícios do ICMS (R\$ 85 bilhões a R\$ 90 bilhões).

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, também comentou uma ideia sinalizada pelo governo de fechar o cerco contra o uso de paraísos fiscais por empresas -embora ainda não haja o detalhamento de como isso vai ser feito.

No PLDO, o governo menciona que a **reforma tributária** -com expectativa de votação neste ano- pode ter como efeito uma expansão na arrecadação. "A **reforma tributária** será uma oportunidade de gerar ganhos de simplificação e de eficiência, podendo colaborar inclusive com a recomposição de receitas a partir de seu efeito sobre o crescimento após aumentos de gastos e desonerações tributárias implementadas em 2022", afirma o texto.

Outro ponto em que o governo pretende mexer são os gastos com subsídios e desonerações tributárias, que alcançarão R\$ 486 bilhões em 2024 nas contas da **Receita Federal**. Haddad afirmou que quer implementar, após a votação da **reforma tributária**, uma revisão das medidas que levam a esse valor.

O governo lembra que a obtenção de receitas não é uma condição necessária para o funcionamento do arcabouço em si. "Não é condição sine qua non, o processo de ajuste continua seu curso independentemente do patamar", afirmou Ceron em entrevista recente à Folha.

A atenção sobre a arrecadação existe, em grande parte, quando se analisa a viabilidade de o governo alcançar a melhora prometida para o resultado primário nos próximos anos (a partir da adoção da nova regra fiscal).

Mesmo com a dúvida sobre o atingimento dos cenários traçados pelo governo, analistas têm ponderado que o novo arcabouço fiscal de qualquer forma tende a gerar uma estabilização entre receitas e despesas no médio prazo.

"Ainda que a velocidade de ajuste dependa das receitas, nos três cenários apresentados [pelo banco] a regra contribui para um maior controle do gasto", afirmam os analistas do Bradesco.

Eles afirmam que é necessário aguardar, no entanto, a regra no detalhe e o anúncio de novas medidas tributárias para definir qual o cenário fiscal para os próximos anos. A apresentação do texto do novo arcabouço fiscal está prevista para esta semana.

DESAFIO PARA 2024

8,4%*

Crescimento real da receita líquida projetado pelo governo em 2024

4,8%

Crescimento real médio da receita líquida na série histórica do Tesouro

R\$ 2,149 trilhões

Receita líquida projetada para 2024

R\$ 2,149 trilhões

Despesa projetada para 2024

META PARA 2024

Limite inferior: déficit de R\$ 28,7 bi (ou 0,5% do **PIB**)

Alvo central: R\$ 0,0 (ou 0,0% do **PIB**)

Limite superior: superávit de R\$ 28,7 bi (ou 0,5% do **PIB**)

Fontes: Ministério do Planejamento e Orçamento e *cálculo da Warren Consultoria.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50249&anchor=6476018&maxTouch=0&pd=1f00a04a5f58d5d4f5d9f4dcf668ea91>

O Carf serve para proteger leis, não arrecadação! - OPINIÃO JURÍDICA

Fernanda Lains Higashino é tributarista, sócia do Bueno Tax Lawyers

Muito se tem discutido sobre a composição paritária do **Carf** e sobre o voto de qualidade, especialmente no início deste ano de 2023 quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou a medida provisória (MP) que restabeleceu o critério de desempate das votações naquele tribunal administrativo em favor da União pelos presidentes das turmas e câmaras que são conselheiros representantes da Fazenda Nacional.

Sem adentrar nos argumentos capazes de demonstrar a "impropriedade" do voto de qualidade, esse artigo se propõe a revelar a instabilidade do próprio tribunal administrativo, a falta de debate técnico e de uniformização de entendimento sobre um mesmo tema, a conseqüente oscilação das decisões em vista da composição das turmas e câmaras e, por fim, o agravamento de todo esse cenário com o retorno da famigerada regra de desempate.

Apenas como exemplo, abordaremos o tema do creditamento do PIS e da Cofins sobre o frete de produtos acabados.

Em agosto de 2022, a 3ª Turma da Câmara Superior do **Carf** havia mudado seu entendimento e, por maioria, permitido o aproveitamento de créditos de PIS e de Cofins sobre despesas com frete de produtos acabados (processo nº 11080.0053 80/2007-27). Antes disso, o entendimento do **Carf** era desfavorável aos contribuintes, esses sempre vencidos pelo voto de qualidade em favor do Fisco (processo nº 16682.904221/2011-28).

A discussão gira em torno do frete adequar-se ou não ao conceito de insumo essencial para o desenvolvimento da atividade econômica do contribuinte. Em outras palavras, se o frete integra ou não o processo produtivo. Até agosto de 2022, vencia o entendimento do Fisco de que frete de produto acabado tem natureza de despesa logística, com caráter operacional, e, uma vez não inserido no processo de produção, não origina créditos de PIS e de Cofins.

Em agosto de 2022, com a virada da jurisprudência, consequência direta da alteração da composição do **Carf** e do aumento do rigor técnico com que os

juízos passaram a ser realizados, venceu o entendimento de que os critérios da essencialidade e da relevância, nos termos em que definidos pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) no julgamento do Tema nº 779, devem ser aplicados com vistas à atividade econômica (global) desempenhada pelo contribuinte e, não, naquele contexto estreito de produção, comercialização ou prestação de serviço.

A tese fixada pelo STJ é a de que "o conceito de insumo deve ser aferido à luz dos critérios de essencialidade ou relevância, ou seja, considerando-se a imprescindibilidade ou a importância de determinado item - bem ou serviço - para o desenvolvimento da atividade econômica desempenhada pelo contribuinte". Em momento algum se fala na essencialidade do item para o processo de produção de determinado bem ou mercadoria pelo contribuinte.

No entanto, logo depois, em outubro de 2022, entra em cena novamente o voto de qualidade e, assim, a 1ª Turma, no mesmo tema de creditamento do PIS e da Cofins sobre as despesas com frete de produtos acabados, torna a aplicar o critério da essencialidade e da relevância de forma mais estrita, mirando essencialmente o processo produtivo (processo nº 16692.720703/2016-12).

Essa pequena linha do tempo é interessante porque joga luz sobre as mazelas dos julgamentos realizados pelo **Carf** e cujas críticas vão muito além da fixação ou não do voto de qualidade como regra de desempate utilizada pelo tribunal.

A oscilação da jurisprudência sobre um único tema mostra a vulnerabilidade dos contribuintes, seja para planejar, seja para operar no Brasil, haja vista qualquer mudança na composição das turmas e câmaras do **Carf**, de sua regra de desempate ou da ausência de guia normativo quanto à uniformização de entendimentos impactarem critérios adotados pelas companhias como corretos para a apuração e pagamento de **tributos**.

É urgente iniciarmos um debate mais amplo e mais profundo sobre a própria natureza e finalidade do **Carf**. De acordo com o seu regimento interno, o Conselho é órgão colegiado, paritário, integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, que tem por finalidade julgar

recursos de ofício e voluntário de decisões de 1ª instância e os recursos de natureza especial, que versem sobre a aplicação da legislação referente aos **tributos** administrados pela **Receita Federal**.

Vejam: a finalidade do **Carf** não é cobrar e arrecadar **tributos** para alimentar os cofres públicos! Mas, sim, julgar a aplicação da legislação federal pelos órgãos de arrecadação, se correta ou não. Indo ao extremo, a finalidade do **Carf** é honrar o direito fundamental ao devido processo legal, sem o qual o contribuinte não pode ser privado de seu patrimônio.

Não há como se cogitar de um tribunal administrativo isento, cujo governo pretende usar como método de arrecadação ou que não debata tecnicamente os temas que lhe são submetidos, estabilizando entendimento sobre eles que não flutuem de acordo com a composição do órgão. É tempo de debatermos o **Carf**!

O voto de qualidade não é o grande vilão do tribunal! Não é o (único) responsável pela reversão de entendimentos sobre temas até então decididos favoravelmente aos contribuintes! Para melhor equacionarmos o problema, precisamos revisitar a formação da jurisprudência no tempo e analisar a composição - até então paritária - daquele tribunal.

É chegada a hora dos pilares de sustentação do **Carf** serem revisto: composição, critérios de julgamento (análise técnica) e desempate e, muito importante, ferramenta de estabilização de seus precedentes.

Sem previsibilidade mínima a guiar os contribuintes, restará ao Judiciário, inexoravelmente, a solução de todos os temas, tal como no caso do creditamento de PIS e de Cofins sobre o frete, em que recentemente (13 de março), o ministro Gurgel Faria, do Superior Tribunal de Justiça, deferiu o direito da requerente ao desconto dos créditos em questão (AgInt no AgInt no REsp 1.649.142/RS).

Fernanda Lains Higashino é tributarista, sócia do Bueno Tax Lawyers

Site:

<https://valor.globo.com/virador/?/editions#/edition/187521?page=1§ion=1>

Governo federal prevê R\$ 486 bi em desonerações



Haddad planeja fazer uma discussão maior sobre as isenções

Fábio Pupo

Enquanto o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, busca elevar a arrecadação para zerar o déficit nas contas públicas em 2024, a perda do governo com subsídios e desonerações de **impostos** é calculada pela **Receita Federal** em R\$ 486 bilhões no ano que vem.

O valor, consequência de medidas legais aprovadas ao longo do tempo para diferentes setores, representa um avanço nominal de 6,5% contra o ano anterior e é mais um complicador para o governo na tarefa de reequilibrar o resultado primário e estabilizar o endividamento.

Chamados tecnicamente de gastos tributários, esses cortes reduzem a arrecadação pública a partir de exceções nos **impostos** criadas para diminuir custos ao consumidor ou ao produtor. São concedidos aos diferentes setores da economia - principalmente comércio, serviço, saúde e agricultura.

A previsão é que as maiores desonerações em 2024 sejam concedidas aos optantes do Simples Nacional (RS 118,8 bilhões), à agricultura (RS 57,1 bilhões), aos rendimentos isentos e não tributáveis do Imposto de Renda da Pessoa Física (R\$ 40,2 bilhões), às chamadas entidades sem fins lucrativos (RS 40,2 bilhões) e à Zona Franca de Manaus (R\$ 35,1 bilhões).

As projeções foram calculadas pela **Receita Federal** no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024, enviado pelo governo ao Congresso na última sexta-feira. Os dados mostram uma grande discrepância em relação à proposta de um ano atrás, que retirou das contas o Simples por um entendimento legal e afetou a base de comparação.

Em relação o Produto Interno Bruto (**PIB**), o valor avançou de 3,23% para 4,23% entre a proposta de 2023 e a de 2024.

De qualquer forma, os números mostram o tamanho da perda que a União continua tendo com os gastos tributários mesmo após sucessivos discursos pela redução.

Em 2019, o então ministro da Economia, Paulo Guedes, iniciou o mandato pregando a necessidade de um corte nos gastos tributários -mas deixou o cargo com uma elevação na fatura.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Entenda a nova regra para importações online



Logo da Shopee em rua de Singapura Edgar Su - 5.mar.21/Reuters

Fernanda Brigatti SÃO PAULO

Detalhes ainda não divulgados sobre a cobrança de **impostos** de importações online podem fazer com que o custo para o consumidor dobre de preço. Isso acontece, em primeiro lugar, porque passará a haver recolhimento de **impostos** quando a remessa é de pessoa física para pessoa física, seja qual o valor do produto hoje, há isenção para valores de até US\$ 50 nas transações entre pessoas físicas.

Além disso, se houver alteração também na sistemática de cobrança de **tributos** sobre produtos importados, pode ser que passem a ser recolhidos também **impostos** estaduais, elevando ainda mais o custo.

Hoje, a alíquota do imposto de importação simplificada é de 60%. Ela incide, por exemplo, sobre produtos comprados por uma pessoa física de uma empresa no exterior. Mas ela é cobrada em cima do valor total da compra, ou seja, entram no cálculo o preço do produto, o custo do frete e o seguro, se houver. A soma de tudo isso é o que a Receita considera como valor aduaneiro, e é sobre ela que incidem os 60%

Por exemplo, se um consumidor faz por meio de um marketplace uma compra de um produto importado no valor de R\$ 226,66 e o frete custa R\$ 19,43, a Receita passará a cobrar imposto sobre o valor total, de R\$

246,06. O tributo ficará em R\$ 147,65 (60% dos R\$ 246,06), elevando o valor total da compra a R\$ 393,71,

As encomendas também podem sofrer uma segunda tributação, que é a do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), cuja alíquota varia de um estado para outro. Em São Paulo, as compras importadas de até US\$ 50 feitas por pessoas físicas são isentas do tributo estadual.

O governo ainda não explicou qual será a sistemática aplicada para as remessas entre pessoas físicas de até US\$ 50. Se a gestão Lula 3 decidir por acabar com o regime simplificado de tributação (RTS), é possível que, além do imposto de importação, o consumidor seja afetado também pelo ICMS, avalia o advogado tributarista Eduardo Bonates.

"Dentro do RTS, que vai até US\$ 3.000, há um segundo regime, que é a isenção do imposto de importação e de ICMS para mercadorias de até US\$ 50. Para sabermos como ficará, precisamos saber se o governo vai apenas alterar as regras de isenção ou se vai alterar o RTS", diz.

A manutenção ou não do regime especial faz diferença porque é ela quem garante algumas isenções para essas trocas comerciais internacionais. Vem dele a isenção para a importação de livros e revistas e para medicamentos de até US\$ 10 mil, além das remessas de até US\$ 50 entre pessoas físicas.

O problema é que o comércio internacional de mercadorias cresceu a ponto de ficar inviável a diferenciação do que é enviado por pessoas daquilo que vem de empresas e para empresas.

Isso, sem considerar as fraudes -e é nessa tecla que entidades da indústria e do varejo têm batido, a de que os vendedores hospedados no grandes marketplaces internacionais simulam negócios entre pessoas físicas quando, na verdade, são operações comerciais comuns e, portanto, sujeitas a tributação.

Na avaliação de Bonates, diante da impossibilidade de diferenciar a origem dessas encomendas, o governo decidiu estender a tributação a todos, invertendo o fluxo de cobrança que é feito atualmente. Hoje, quando uma encomenda de qualquer valor é retida para o cálculo de imposto de importação, esse

documento de arrecadação é emitido em nome do consumidor.

O Ministério da Fazenda tem defendido que a cobrança será feita antecipadamente, ou seja, o recolhimento seria feito pelas empresas. Uma compra feita de uma empresa na China já sairia de lá com o imposto de importação (e o ICMS, se houver) calculado.

O consumidor vai pagar no preço final da mesma forma, mas a cobrança será feita às empresas.

Para Bonates, a mudança, como apresentada até agora, é arrecadatória e não fiscalizatória, uma vez que a regra atual já permitiria a tributação de compras feitas de empresas ou, quando vendidas por pessoas físicas por mais de US\$ 50 (há quem defende que o limite seja US\$ 100 por causa de um decreto de 1980, mas a **Receita Federal** considera o patamar mais baixo).

O governo Lula 3 diz esperar arrecadar R\$ 8 bilhões com a cobrança desses **impostos**, mas não detalha o quanto viria da cobrança na origem e o quando viria das trocas entre pessoas físicas, que perderiam o benefício da isenção.

A **Receita Federal** também não divulga estimativa do quando fiscaliza ou deixa de fiscalizar, mas empresários que defendem mais rigor na tributação das compras feitas por meio dos marketplaces dizem que o Brasil recebe cerca de 700 mil encomendas importadas todos os dias.

O Aliexpress, do grupo chinês Alibaba, tem um voo semanal operado pela Qatar Airways de uma linha que atende exclusivamente a rota Hong Kong-São Paulo para trazer compras feitas por brasileiros.

O primeiro pouso no aeroporto internacional de Guarulhos foi há pouco mais de ano, em 5 de março do ano passado, trazendo a bordo produtos de beleza e moda, joias, relógios, eletrodomésticos, brinquedos e equipamentos esportivos, segundo **comunicado** divulgado pela Qatar à época.

O Correios diz que, para proteger sua estratégia de negócios, não divulga o volume de encomendas internacionais que passam por seus centros de distribuição em todo o Brasil.

A reação nas redes sociais e mesmo a corrida dentro do governo para explicar a medida dá sinais do quão importante essas compras se tornaram.

A advogada Maria Carolina Gontijo, que se apresenta como a Duquesa de Tax em suas redes sociais, onde

produz vídeos e textos sobre **impostos**, lembrou nesta sexta do caso do site Strawberry.net.

Há quase 20 anos, quando as grandes empresas de cosméticos praticamente não tinham lojas no Brasil, o site virou um hit, pois entregava aqui e prometia reembolso de **impostos**. Em blogs de beleza e maquiagem, o site tinha até apelido, era o "morangão".

Essas compras nunca foram isentas, mas levou um tempo até a **Receita Federal** perceber que aquelas encomendas de preços baixos eram majoritariamente cosméticos vendidos por uma empresa.

Hoje, com o grande volume de mercadorias chegando todos os dias e vendidas por meio de diversas plataformas, há quem nunca tivesse sido taxado por compra intencional, especialmente as de valor inferior a US\$ 50.

Em sites como o Reclame Aqui, que registram queixas de consumidores, há relatos enfurecidos de clientes que usaram marketplaces para compras internacional de US\$ 10, US\$ 15 e que caíram na fiscalização da **Receita Federal**.

Os maiores sites, como Shein, Shopee e Aliexpress, mantêm em suas páginas avisos de que as compras internacionais podem ser tributadas e que o pagamento caberá ao comprador.

Para quem já comprou, o primeiro sinal de que haverá cobrança de imposto vem do rastreamento da encomenda no site ou aplicativo dos Correios,

Lá, é possível ver quando a compra foi para a "fiscalização **aduaneira**". Se o produto estiver entre aqueles beneficiados pela isenção ou for, por exemplo, um presente de até US\$ 50, a tendência é que ele seja liberado sem a cobrança do imposto.

Porém, se isso acontecer, no próprio site dos Correios há a possibilidade de o comprador pedir revisão da taxa. Nesse caso, ele deve comprovar a origem, o tipo de produto (se for um livro, por exemplo) e o valor.

Caso seja um produto de fato sujeito à tributação de importação, as opções são limitadas. Ele pode pagar ou desistir da encomenda.

Nas duas situações, o desfecho, para o comprador, vai depender da plataforma usada para a compra. Algumas, como a Shein, reembolsam metade do que o cliente gastou com os **impostos**.

No caso da desistência, o consumidor precisa ficar atento às políticas de cada site ou plataforma, pois nem sempre a tributação da compra está entre os

requisitos para devolver a compra e reembolsar o valor total.

A Shopee diz que apoia quaisquer medidas do governo brasileiro para melhorar a economia, mas considera injusta sua inclusão entre os que seriam afetados pela mudança na regra.

Felipe Piringer, responsável pelo marketing da plataforma, diz que 85% das vendas feitas por meio da plataforma são realizadas por vendedores no Brasil e que mais de 90% desses são empresas formais com CNPJ.

O principal investimento do site, segundo Piringer, é nas empresas locais e lojas oficial. Para ele, o modo como o assunto vem sendo tratado leva o consumidor a achar que toda compra feita na plataforma está sujeita à taxa, enquanto a possibilidade estaria restrita a um volume menor.

O AliExpress diz, em nota, que acredita no comércio internacional e na possibilidade de dar acesso a milhões de brasileiros, de diversos níveis de renda, diretamente a fabricantes do mundo todo.

"Acreditamos que possíveis atualizações regulatórias serão feitas com total consideração com o objetivo de aumentar os benefícios de escolha e valor para os consumidores brasileiros", afirma.

A Shein afirma que está comprometida em gerar valor para a indústria, consumidores e economia do Brasil e que regras de importação simplificadas são adotadas por muitos países para facilitar o comércio internacional e propulsionar o crescimento local.

"Reconhecemos a importância em propor melhorias para as regras no Brasil de modo a fornecer segurança jurídica para os operadores e garantir que milhões de brasileiros possam continuar a ter acesso ao mercado mundial, bem como a artigos produzidos localmente."

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50249&anchor=6476018&maxTouch=0&pd=1f00a04a5f58d5d4f5d9f4dcf668ea91>

Como é a tributação de importados de até US\$ 3.000

E como pode ficar também para compras de pessoas físicas de até US\$ 50

Quando o ICMS é isento



Quando há ICMS



Classe média e ricos são os que mais compram em sites de fora

Adriana Mattos De São Paulo

Consumidores de classe média e de alta renda de Estados como São Paulo e Rio de Janeiro, e com ensino superior, são, segundo pesquisa, os que mais compram mercadorias em plataformas online estrangeiras. Essas empresas estão na mira do governo porque parcela de seus lojistas usa manobras nas regras para facilitar a sonegação de **impostos**.

Para o governo, isso gerou um ambiente de concorrência desleal entre empresas, e deve levar à criação de Medida Provisória (MP) que irá alterar regras de importação pelos marketplaces estrangeiros. O perfil dos compradores tem sido foco de divergências entre plataformas locais e asiáticas, e está no centro do embate entre consumidores nas redes sociais.

Levantamento realizado em fevereiro, e obtido com exclusividade pelo Valor junto à empresa de pesquisas NIQ Ebit (ex-NielsenIQ Ebit), mostra que 59% dos que compraram nesses marketplaces em 2022 têm renda familiar mensal acima de R\$ 4.848, que corresponde às classes A, B e C, segundo critérios de classificação da empresa (mesmos critérios do IBGE). Os 41% restantes somam ganhos mensais abaixo de R\$ 4.848.

A taxa de 59% supera a média geral do perfil de compradores online (em plataformas estrangeiras e locais), onde a relação é mais equilibrada - a faixa acima de R\$ 4.848 representa 51% do total.

O material, incluído na pesquisa anual Webshoppers, ainda mostra que 36% das pessoas ouvidas gastaram até R\$ 250 em 2022, exatamente a faixa a ser afetada pela provável alteração nas regras - 22% desembolsaram de R\$ 251 a R\$ 500, e 33%, acima de R\$ 501.

A fatia de pessoas dos Estados do Sudeste, o mais rico do país, que fazem compra nas plataformas subiu de 57% para 61% entre 2021 e 2022 (foi a única região com avanço no índice). A taxa supera o peso desses Estados (de 40%) na população total.

No Nordeste, reduto importante de eleitores do atual governo petista, o índice se reduziu de 15% para 13% - no Norte, recuou de 4% para 3%. No Sul, também houve diminuição do peso, de 19% para 18% em

Estados do Centro-Oeste se manteve em 6%.

Neste momento, o Ministério da Fazenda avança no desenho de uma MP que deve acabar com a isenção de **impostos** sobre remessas internacionais abaixo de US\$ 50 (entre pessoas físicas). Isso é parte da agenda do ministro Fernando Haddad, com foco no aumento de arrecadação.

Ministério e **Receita Federal** entendem que parcela de consumidores tem burlado a lei e sonegado **impostos** ao usufruir de forma ilegal do direito à isenção. Afirmam que lojistas estrangeiros usam nomes falsos, em diferentes línguas, para confundir a fiscalização e ajudar o consumidor a escapar da fiscalização. Ainda fraudam o valor de venda informado na remessa - colocam abaixo de US\$ 50 para evitar que o cliente pague o imposto.

Varejistas locais já mostraram a parlamentares troca de mensagens entre vendedores e clientes, nos sites das plataformas, que mostram o acerto entre as partes.

A princípio, o governo discute cobrar 60% de imposto do consumidor também abaixo de US\$ 50, mesmo percentual das compras entre US\$ 50 e US\$ 500.

Pela pesquisa, Sudeste e Sul representaram quase 80% do total de consumidores das plataformas estrangeiras em 2022 (juntos, equivalem a menos de 60% da população). "Nossas pesquisas vão nessa mesma direção [dos dados da NIQ], por uma série de razões. Cerca de 80% dos compradores dessas plataformas usam o cartão de crédito, meio de pagamento que as classes C, D e E reduziram ou só após a alta da inadimplência", diz Renato Meirelles, presidente do Instituto Locomotiva, que estuda o comportamento do consumidor.

Meirelles afirma que a classe C empreendedora não usa regularmente essas plataformas para abastecer seus pequenos negócios porque utiliza distribuidores locais ou importadores diretos, com condições comerciais que podem ser negociadas. Ainda recorre à indústria local, altamente pulverizada, como a têxtil. "Esse empreendedor não faz compras abaixo de US\$ 50, ele compra bem mais, e precisaria fazer muita compra "picada" até esse valor para se beneficiar da isenção", diz.

Segundo a pesquisa, quase 80% da compra nos marketplaces de fora do país ocorre por causa de descontos e promoções. Foram ouvidas 3,1 mil pessoas, que são consumidores nessas plataformas, em questionários com 15 perguntas.

Nos últimos dias, consumidores em redes sociais passaram a repassar dicas de como burlar as regras de importação. "Há uma parte da classe média que entende que tudo bem se sonegar, porque fala que já paga muito imposto então recebe nada em troca", diz Meirelles. "É tudo bem se comprar um produto que tira o emprego daqui ou até que o item venha com defeito. Existe uma parcela que tolera isso, é a cultura da sonegação aceitável que existe no país".

Meirelles, assim como economistas, fazem a ressalva de que houve forte aumento da **inflação** e dos juros nas crises de 2015 e 2020, atingindo em cheio a classe média, com manutenção da tributação sobre a renda. Reforçam que projetos de alta na arrecadação têm que avançar em paralelo a uma reforma ampla, que altere o sistema de tributação sobre consumo.

Na visão de Marcelo Osanai, responsável pela área de comércio eletrônico da NIQ Ebit, a venda pelas plataformas estrangeiras tem que ser mais atrativa, e ir além da competitividade de preços. Ele afirma que "o bom desempenho das vendas on-line no país faz com que as empresas estrangeiras invistam em vendedores nacionais e melhorem a logística", diz. Mas há um ponto de atenção em relação à experiência do consumidor no ambiente digital. "É isso é ainda mais importante já que 41% de toda clientela [dos marketplaces estrangeiros] é de baixa renda".

Encomenda do exterior

Dados das compras no Brasil feitas em marketplaces internacionais

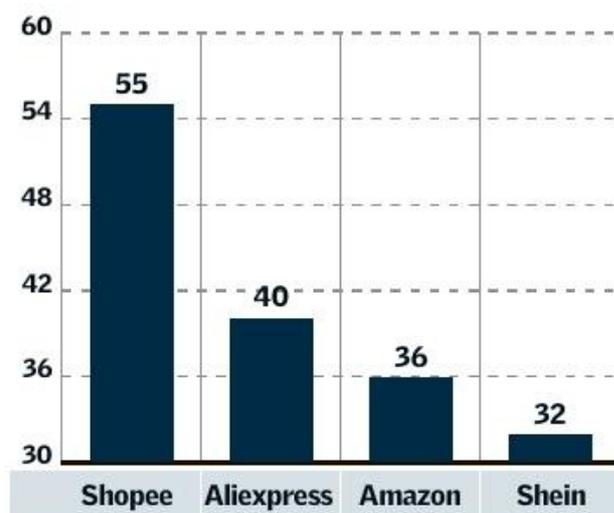
Fatia de consumidores on-line que fizeram compras em sites internacionais

Em %



Plataformas mais usadas para as compras internacionais em 2022

em %



45% dos consumidores on-line declararam ter comprado mais em sites internacionais em 2022, em relação a 2021

77% dos usuários citam descontos e promoções como principal motivador da compra nessas plataformas

42% citam frete grátis como maior motivador

Fonte: NielsenIQ Ebit- Webshoppers 47

"Aposentadoria sairá em 45 dias"



Henrique Lessa

"O maior programa social das Américas" é como define a Previdência brasileira o ministro da pasta, Carlos Lupi. O pedetista comanda o ministério com o maior orçamento na Esplanada, de R\$ 888 bilhões em 2023, já calculado o aumento do salário mínimo para R\$ 1.320, mas diz enfrentar dificuldades de caixa para reduzir a fila por concessões de benefícios. Mesmo assim, promete reduzir para 45 dias, até o fim do ano, o tempo de espera pelas aposentadorias.

Confiante no objetivo, Lupi antecipou ao Correio que pretende assinar convênios para simplificar a concessão de benefícios como o de invalidez, que poderá ser concedido mediante atestado de um médico do SUS, sem perícia do **INSS**.

Sobre a crise no crédito consignado, ele aponta que a iniciativa do ministério conseguiu reduzir os juros desses empréstimos e insiste que ainda havia margem para um corte maior, como proposto inicialmente, mas não sabe o motivo da falta de apoio do Banco do Brasil e da Caixa. Confira os principais pontos da entrevista do ministro: O que foi apresentado nos primeiros 100 dias?

Nós não apresentamos nada, quem apresentou foi o presidente Lula. Na área da Previdência, um fato muito importante foi o fim da prova de vida, logo nos primeiros 15 dias. Havia a exigência de o segurado ir ao banco para provar que está vivo e, assim, poder continuar recebendo o benefício. Isso era um absurdo, porque, se eu morrer amanhã, isso será registrado no

cartório, e já existem convênios e acordos de cooperação técnica que fazem a informação ser automaticamente enviada ao **INSS**. Também estamos retomando toda a organização do Ministério da Previdência.

Pegamos uma terra arrasada e uma fila imensa. Eu vou anunciar a organização dessa fila, como é composta, por setor, por tempo, tudo discriminado, para, até o fim do ano, ter uma equação melhor da que temos hoje.

Como vai ser essa organização?

Lembra do Caged, que eu fazia lá no (Ministério do) Trabalho?

Vou fazer aqui o Cageb, o Cadastro Geral dos Benefícios, organizar a fila, fazer uma fotografia.

Tem pessoas que estão aguardando perícia há 45 dias, que é muito tempo, mas tem alguns que aguardam há mais de um ano, aí já é extrapolar...

Como vai ser priorizada a fila?

Pelo tempo e pelas exigências, porque, conforme o tipo de fila em que você está esperando, tem um tipo de demanda, que vai desde a falta de documentação.

Então, vai depender muito da demanda e do tempo para a gente colocar essa fila em um patamar razoável. Para mim é razoável, não bom, até 45 dias.

Até a concessão da aposentadoria?

Não é só aposentadoria, todo o tipo de benefício. Tem aposentadoria, tem pensão, tem salário maternidade, salário doença, benefício de prestação continuada (BPC), que depende da perícia, seguro defeso, tem vários tipos de benefício.

Nossa intenção é organizar esses dados e mostrar, claramente, o que é de cada um.

Isso traz impacto no orçamento?

De imediato, não tem um impacto maior, quer dizer, sempre tem algum impacto, porque você sempre está aumentando o número de aposentados. Para se ter uma ideia, nós tínhamos uma demanda média por mês, até o ano passado, de 620 mil pessoas entrando com algum pedido no **INSS**. Em março último, passou

de 900 mil. A Previdência, hoje, despende R\$ 60 bilhões por mês com todos os benefícios pagos.

Este ano, eu posso te afirmar que a Previdência terá um orçamento de 720 bilhões.

A Previdência teve mais agilidade no período eleitoral?

Isso é uma coisa que a gente ouviu especificamente quanto ao BPC. Tem vários tipos de benefícios da Previdência. Aposentadoria e pensão são os principais pedidos e dependem exclusivamente do **INSS**, mas são 10 ou 11 tipos.

Quais são?

Tem aqueles que não dependem exclusivamente do **INSS**, como o Benefício da Prestação Continuada. O **BPC** depende da Previdência e do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), que faz o primeiro exame da condição social do cidadão para saber se ele pode receber. Tem o Ministério do Desenvolvimento Agrário, porque todo trabalhador agrícola, na Constituinte (1988), passou a ter direito a aposentadoria.

Importante dizer que tanto o deficiente como o trabalhador agrícola, 90% deles não foram contribuintes da Previdência.

Na verdade, são benefícios sociais bancados pelo Orçamento Geral da União, mas são colocados como despesa contábil da Previdência. No caso dos agricultores, quem atesta que eles são trabalhadores do campo, e o tempo de trabalho, é o MDA.

Depois de passar pelo MDA, vem para a Previdência para fazer um novo exame.

Um caminho longo, então?

Em primeira mão, te digo que estamos organizando quatro acordos de cooperação técnica.

No MDS, a assistência social, que faz a entrevista com o beneficiário da prestação continuada do deficiente, se atestar no cadastro único, vai valer para a Previdência. Por que fazer uma segunda confirmação se um órgão público já está atestando isso? Já no MDA está andando um acordo com essa mesma intenção, que vai atestar a condição e o tempo do agricultor para ele poder se aposentar.

Validado pelo MDA, vai valer para mim. E também estamos fazendo um acordo com o Ministério da Saúde, para criar o AtestaMed: com um atestado de um médico do SUS, não vou ter que fazer uma perícia para atestar um acidente. Tudo está em fase de

construção, mas o que for atestado no Ministério da Saúde vai ter validade na Previdência. Todas essas ações implicam diminuir a fila.

E o quarto convênio?

É para o defeso, com a Marinha, que dá o atestado para os barcos. Se eu tenho a informação que está tudo cadastrado, eu não preciso fazer um novo cadastro para saber quem é o pescador ou não do seguro defeso. Até o fim deste mês (abril), será a formalização.

Isso vai diminuir o impacto do trabalho. Só esse mês, foram 920 mil pedidos, se eu conto com o MDS, com o MDA, com a Saúde, e com a Marinha, vai diminuir muito a demanda mensal, e eu coloco nosso pessoal para trabalhar na fila das demandas represadas.

Isso resolve a fila?

Outra coisa que vamos fazer é um mutirão com um bônus (para o servidor). Em janeiro, fevereiro e março eu não consegui, mas está para sair uma medida provisória do presidente até o fim do mês. Esse mutirão é só para a fila, só para esses 1,8 milhão de pedidos represados.

Quando vai zerar a fila?

Não, não existe fila zerada, existe prazo aceitável de fila, e até dezembro eu quero ter um prazo aceitável de espera.

Qual é esse prazo? Hoje, pela lei, seria 45 dias o prazo máximo, mas para mim é muita coisa, quero ficar abaixo desses 45 dias, até dezembro deste ano, para todos.

O governo conseguiu articulação no Congresso?

Qual a votação no Congresso que foi feita para testar isso? Só teve uma coisa, até antes da posse do presidente Lula, que foi a liberação do teto de gastos dos recursos para os programas sociais, como o Bolsa Família. Agora que está se começando a examinar as medidas provisórias, porque estava um conflito entre o presidente do Senado e o presidente da Câmara. O que o governo poderia fazer?

O impasse no Congresso e as declarações do presidente sobre o senador Moro não desgastam o governo?

Concordo integralmente com o presidente Lula: o Moro é um algoz da democracia. É um homem que era um justiceiro da velha república, que depois de, entre aspas, fazer a justiça em que ele acreditava, ocupou

um cargo de ministro do governo que ele ajudou a eleger. O presidente está coberto de razão.

O presidente não exagerou com o senador?

Acho que ele foi moderado.

Em qualquer país democrático, o Moro estaria na prisão. É a minha opinião. Acho que ele foi um homem que fez tudo ao arrepio da lei. Agora, ele é um senador da República, e em uma democracia, nós temos que respeitar a sua atuação como senador, mas, como juiz, ele não merece respeito, são coisas diferentes.

O senhor falou de uma antirreforma da Previdência?

Eu falei uma vez, no dia da minha posse, é uma consideração minha, e continuo com a mesma opinião. Eu falei que o assunto teria que ser debatido dentro do Conselho Nacional da Previdência e que, depois, levaríamos aos órgãos competentes do governo.

O tempo de vida de um brasileiro que mora no Nordeste é diferente do tempo de vida de um brasileiro que mora no Sul. Isso tem que ser regionalizado.

E como fecha a conta?

A conta fecha com o governo começando a olhar que nós temos o maior programa social das Américas. Eu trabalho para 37 milhões e 600 mil brasileiros que sobrevivem e recebem da Previdência.

Dos municípios brasileiros, 60% só sobrevivem por causa do dinheiro dos aposentados e pensionistas que circula, recebem mais dinheiro da Previdência do que do Fundo de Participação dos Municípios. Existe algum programa que bote mais distribuição de renda real, com tanta força como a **Previdência Social**? Eu não conheço.

E, mesmo assim, todo o aposentado e pensionista acha que está ganhando mal.

E não está?

Eu acho que está, mas isso não se corrige assim, estamos agora dando pela primeira vez aumento real. É pouco, mas estamos dando aumento real. Tanto para o salário-mínimo quanto para o aposentado e pensionista.

No ano de 2022, o Bolsonaro pagou em torno de R\$ 300 bilhões em serviço de juros da dívida interna e externa, e a Previdência pagou em torno de R\$ 300 bilhões em pensões e aposentadorias.

O que é mais importante, você ajudar com esses

recursos 1.000 brasileiros, ou você ajudar 37,6 milhões que recebem da Previdência? Eu não estou aqui fazendo apologia de não se pagar juros, de não se pagar dívida, estou dizendo que essa comparação precisa ser feita.

A reforma atingiu menos os militares, está certo?

Em uma democracia, isso tem que ser discutido. Eu acho que tem uma diferença do setor civil para o militar, já que qualquer civil celetista tem um Fundo de Garantia, e os militares não têm. Para isso, tem o Conselho Nacional da Previdência, depois vai para a Fazenda examinar e termina com a Casa Civil fazendo seu parecer final.

Isso já foi discutido no Conselho?

Ainda não começou porque só houve duas reuniões do Conselho, uma para reduzir a taxa de juros do consignado, e outra para corrigir, adequar, essa taxa de juros.

A primeira reunião repercutiu bastante...

Foi bom para a sociedade, porque se deu luz para algo que ninguém discutia. Alguma vez se discutiu a taxa de juros para aposentados e pensionistas? Estamos falando de 8 a 9 milhões de brasileiros que estão com algum empréstimo consignado.

O presidente reclamou do senhor quando falou de ministros geniosos?

O presidente falou dos ministros geniais, e nem falou para mim, foi pura pimenta que colocaram.

Na véspera daquele dia, outro companheiro nosso, que não estava na reunião, havia falado de um tema e foi citado isso, "o fulano vem com ideias geniais".

Na mesma reunião, falei da questão da Previdência, falei dos consignados na frente do presidente e mais 17 ministros da área. Você viu algum dia o presidente falar que não tinha falado comigo antes?

Essa do gênio não tinha nada a ver comigo, foi antes do consignado, mas quiseram botar na minha conta. Mas não é meu papel trabalhar na intriga, até porque está tudo em paz.

E o recuo no consignado?

Eu gostaria que não tivesse que diminuir, mas o tempo vai mostrar. Todos os grandes bancos estão cobrando taxas abaixo de 1,9%, por isso, acho que foi muito útil essa discussão.

Quando o presidente do Conselho era o Ônix Lorenzoni, a taxa do teto era 1,8%, e passou para 2,14% com uma resolução que apontava que a taxa mínima era de 1,25%. A partir dessa taxa, o sistema de consignados do **INSS** já dava lucro, eles aumentaram na época de 1,8% para 2,14%, porque a **inflação** era de 10,45%. Agora, a **inflação** caiu para 5,40%, mas o mesmo cálculo usado para subir, agora, para cair para 1,7%, não serve, era abuso e demagogia.

E por que os bancos públicos não embarcaram?

Aí tem que perguntar ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica.

Eu não sei, foi uma surpresa para mim, pergunte a eles.

"Nós tínhamos uma demanda média por mês, até o ano passado, de 620 mil pessoas entrando com algum pedido no **INSS**. Em março último, passou de 900 mil" Não existe fila zerada, existe prazo aceitável de fila, e, até dezembro, eu quero ter um prazo aceitável de espera. Hoje, pela lei, seria 45 dias o prazo máximo, mas para mim é muita coisa, quero ficar abaixo desses 45 dias" Em qualquer país democrático, o Moro estaria na prisão. É a minha opinião. Acho que ele foi um homem que fez tudo ao arrepio da lei"

Justiça fiscal é essencial para o sucesso da reforma tributária



No mês de fevereiro, quando houve a abertura do ano legislativo, a simplificação dos **impostos** entrou como uma das pautas prioritárias para serem discutidas em 2023. Debatida há quase três décadas, a **reforma tributária** requer um novo escopo, em que o **desenho progressivo** do sistema aponte para a justiça fiscal, que apenas será alcançada quando os contribuintes forem tributados de acordo com a sua capacidade contributiva.

Essa avaliação, feita pela **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil** (Unafisco), pontua que a mudança é um caminho para o crescimento de 12% a 20% do Produto Interno Bruto (**PIB**), em 10 a 20 anos, e, também, para a geração de emprego e renda. Até o início do mês de abril deste ano, a entidade indicou que o Brasil concede quase R\$ 370 bilhões em privilégios tributários apenas na esfera federal, sem levar em conta estados e municípios.

Por meio do portal Privilegiômetro Tributário, a Unafisco explica que esses privilégios são benefícios concedidos às empresas em que não há qualquer retorno econômico, o que dificulta a diminuição das desigualdades no país. Segundo a organização, em grande parte dos casos, os benefícios fiscais são introduzidos sem que um estudo sério e fundamentado seja apresentado com as justificativas relacionadas ao desenvolvimento nacional sustentável e à geração de empregos.

"Isso ocorre devido a arranjos políticos selados no Congresso Nacional com o apoio de grupos de interesse poderosos que se aproveitam da fragilidade da base parlamentar do governo contemporâneo à aprovação do respectivo benefício. Nesse cenário, a visão da área técnica do governo acaba sendo ignorada", informa Mauro Silva, presidente da Unafisco.

Com os recursos calculados, a Associação estima que seria viável realizar a construção de quase 85 mil escolas, com capacidade para 225 alunos; criação de cerca de 73 mil Unidades Básicas de Saúde (UBS); 88 mil Unidades de Pronto Atendimento (UPA); e aproximadamente 830 mil unidades habitacionais de 47m².

Para mudar essa realidade, o presidente da Unafisco alerta sobre a importância de a **reforma tributária** incluir a tributação do patrimônio e da renda, especialmente na parte dos lucros e dividendos, para além da reforma dos **impostos** sobre o consumo. "Não há empecilho para que outras propostas ocorram de forma concomitante à do consumo, trata-se de uma escolha política", complementa.

Dessa forma, o posicionamento da Associação é em prol da correção da tabela do Imposto de Renda; a volta da tributação dos lucros e dividendos; a ampliação da tributação sobre o patrimônio; e a melhoria na base dos **tributos** que financiam a Previdência.

Para a entidade, essas mudanças não podem esperar, levando em consideração o intuito de trazer a uniformidade nacional da legislação, a simplificação e o combate aos desequilíbrios entre os entes federativos, bem como a eliminação da concessão de benefícios fiscais ineficientes.

Silva indica que a disfuncionalidade do sistema traz consequências amplas e culminam em um desenvolvimento econômico defasado e, inclusive, no aumento de disparidades regionais.

De acordo com o presidente, a enorme quantidade de leis, o volume do contencioso judicial e administrativo e o custo de conformidade tributária são alguns dos fatores que desestimulam os investimentos e impactam o país em âmbito geral.

"A não correção da tabela do Imposto de Renda e a não tributação dos lucros e dividendos violam o princípio constitucional de igualdade no que se relaciona à capacidade contributiva. Além disso, a guerra fiscal entre estados, proveniente da disputa pela cobrança de **tributos**, enfraquece o federalismo brasileiro e acaba beneficiando apenas algumas

empresas", ressalta o Presidente da Unafisco.

Em quase 30 anos, o tema obteve, aproximadamente, seis Propostas de Emendas à Constituição (PECs) e um Projeto de Lei (PL) no Congresso Nacional. A primeira proposta de **reforma tributária** sobre o consumo, por exemplo, foi a PEC 175/1995. "O tema é pertinente à agenda tributária há muito tempo. Porém, a discussão enfrenta resistência por setores beneficiados pelo sistema atual, bem como assusta os entes federativos com medo de perder receitas", explica Silva.

No cenário atual, para avançar as tratativas, organizar o sistema brasileiro de **impostos** e corrigir distorções, duas propostas recentes ganharam espaço no Congresso: a PEC 110/2019, do Senado; e a PEC 45/2019, da Câmara.

Na prática, ambas as PECs sugerem a extinção de **impostos** específicos. Entre eles, os mais discutidos são o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto Sobre Serviços (ISS).

Substituindo esses **tributos**, é sugerido a implementação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que segue o modelo dos **impostos** sobre Valor Agregado (IVA) cobrados na maioria dos países desenvolvidos. O IVA é um modelo para mudar essa realidade, unificando os **tributos** sobre bens e serviços.

Para a Unafisco, no que tange à reforma sobre o consumo, é necessária a adoção do Imposto Seletivo (IS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), **tributos** de competência federal, capazes de prevalecer as autonomias administrativas e a independência do repasse.

"Quanto à agenda, é possível concluir a reforma ainda este ano, se observarmos, na prática das duas casas do parlamento, o empenho prometido pelo governo e se o presidente Lula usar a sua tão bem conhecida e respeitada capacidade de negociação que foi destaque em dois primeiros períodos como presidente", comenta Silva sobre a expectativa para a evolução da reforma neste ano.

Atualmente, as classes baixa e média são as mais afetadas pelo sistema tributário vigente, pois que arcam com uma carga tributária proporcionalmente mais elevada que os mais ricos. Por essa razão, o auditor fiscal e secretário-geral da Unafisco Nacional, Pedro Delarue, afirma que o redesenho do sistema tributário é uma medida imperativa, haja vista que

afeta as famílias brasileiras na qualidade de contribuintes, e os entes federativos, que disputam uns com os outros pela legitimidade da cobrança de determinado tributo.

"A complexidade oriunda da existência de 27 legislações de ICMS e dezenas de legislações de ISS, tanto em relação ao tributo quanto em relação ao direito de defesa do contribuinte (contencioso), é fator que afeta o custo das empresas e desestimula o investimento e a geração de emprego e renda", destaca.

No entanto, Delarue reforça que é preciso calibrar bem a setorização de alíquotas do novo IBS subnacional (junção do ICMS e do ISS) para não onerar demasiadamente alguns setores que, hoje, estão alinhados com outro nível de alíquotas. O auditor fiscal informa que uma calibragem mal feita pode transferir para a classe média um peso enorme e desproporcional da carga tributária, especialmente no que se relaciona com a tributação da saúde e da educação.

É possível concluir a reforma ainda este ano, se observarmos, na prática das duas casas do parlamento, o empenho prometido pelo governo e se o presidente Lula usar a sua tão bem conhecida e respeitada capacidade de negociação" Mauro Silva, Presidente da Unafisco

Segurado tem direito a atualizar benefício

Rafaela Gonçalves

Com o acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a "revisão da vida toda" do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), aposentados e pensionistas têm direito à correção do benefício. Agora, toda a vida contributiva pode ser considerada no cálculo da aposentadoria e outros benefícios do **INSS**, com exceção do auxílio-maternidade. O direito é de qualquer segurado, inclusive dos que entraram com ação na Justiça e estavam com os processos parados nos últimos meses.

A medida vale para quem se aposentou nos últimos 10 anos, desde que tenha dado entrada no pedido de aposentadoria antes da Reforma da Previdência de 2019. Em dezembro do ano passado, a Corte decidiu que os segurados podem escolher a regra mais vantajosa para o cálculo da aposentadoria. Até então, só eram consideradas as contribuições a partir de julho de 1994, início do Plano Real, o que prejudicava beneficiários que tiveram salários mais altos antes do período.

Em alguns casos, especialistas alertam que o pedido de revisão pode não valer a pena. Isso porque trabalhadores que ganhavam menos antes do Plano Real não teriam vantagem, pelo contrário: se incluíssem os salários antigos, diminuiriam o valor da aposentadoria que recebem hoje.

O advogado Bruno Minoru Okajima, sócio do escritório Autuori Burmann, lembra que a tendência é que um trabalhador comece a carreira profissional recebendo salários menores e, com o tempo, a renda cresça.

"Então, a revisão só é recomendada para aqueles que, antes de julho de 1994, recebiam salários maiores do que passaram a receber após o Plano Real. No caso de quem recebia salários menores, pode ser que a pessoa tenha o benefício reduzido", afirma.

Okajima aconselha o beneficiário a fazer um cálculo prévio ou solicite a ajuda de um profissional para avaliar a viabilidade da revisão.

Cálculo gratuito

A plataforma RevistaPrev é um serviço gratuito de análise revisional diretamente via Whatsapp para os segurados do **INSS**. A tecnologia de inteligência artificial, treinada para encontrar e calcular revisões de aposentadoria, é uma opção de consulta para que o

beneficiário veja se é possível entrar com o recurso.

O sistema entrega um relatório de cálculos personalizado em menos de cinco minutos após o envio do CNIS (Extrato de Contribuições Previdenciárias, que pode ser baixado pelo próprio segurado por meio do site ou aplicativo do **INSS**). "A princípio, o serviço era destinado somente a advogados previdenciários, mas a demanda se mostrou tão grande neste ano que foi aberto para todos os segurados do **INSS**. É um sistema simples e rápido, inicialmente gratuito, já que muitos aposentados não possuem condição financeira para contratar um profissional para fazer esses cálculos", explica Bruno Motomatsu, Diretor da RevisaPrev.

Com a crescente procura pela revisão do benefício nos últimos meses, o aposentado Alberto Martinho Filho, de 72 anos, usou a consulta gratuita para ter ideia de quanto receberia se pudesse incorporar no cálculo da aposentadoria os salários mais altos que recebeu durante a vida produtiva.

Ele era engenheiro agrônomo e recebe atualmente de aposentadoria um salário-mínimo.

O valor não cobre as despesas com alimentação e remédios e ele dependeu da assistência social para obter um aparelho de surdez. "Fiz o cálculo de quanto receberia de aposentadoria e deu R\$ 5.900 mensais e atrasados de quase R\$ 300 mil. A partir daí decidi entrar na Justiça para reaver meus direitos", contou.

Até a decisão do STF, o entendimento era de que, para solicitar a correção, seria necessário entrar com ação judicial para reaver o benefício. No começo deste ano, a **Previdência Social** disponibilizou uma opção dentro do aplicativo Meu **INSS** para o próprio beneficiário solicitar a revisão do valor da aposentadoria.

No entanto, os parâmetros para a revisão administrativa, sem precisar entrar na Justiça, só devem funcionar a partir de agora, com a publicação do acórdão do STF.

Correção na aposentadoria

Entenda como ficou definida a "revisão da vida toda" do INSS, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal..



QUEM PODE PEDIR A REVISÃO?

Pode recorrer à revisão da vida toda quem cumprir os seguintes critérios:

■ **Dez anos:** Ter se aposentado (recebido o primeiro pagamento de aposentadoria) há menos de dez anos. Depois disso, caduca o prazo para ter direito à revisão de benefício

■ **Antes de 2019:** Ter se aposentado antes do início da última reforma da Previdência, ou seja, antes de novembro de 2019.

■ **Antes do Plano Real:** Ter começado a trabalhar de maneira formal (ou seja, com carteira de trabalho assinada ou contribuindo para o INSS como autônomo) antes de julho de 1994.

A REVISÃO SERÁ AUTOMÁTICA?

Não. Só será beneficiado quem já tem processo na Justiça em andamento ou quem entrar com ação, desde que se encaixe no prazo e nos critérios exigidos.

VALE A PENA SOLICITAR?

A possibilidade de revisão do benefício é vista como uma medida excepcional por especialistas. A revisão só será vantajosa caso o beneficiário tenha contribuído com valores mais altos antes de 1994. Assim, esse período - que hoje não é computado - passaria a ser considerado no cálculo, elevando a média da aposentadoria. Trabalhadores que ganhavam menos antes do Plano Real não teriam vantagem, pelo contrário: se incluíssem os salários antigos, diminuiriam o valor da aposentadoria que recebem hoje.

COMO CONSULTAR PARA SABER SE É VANTAJOSO?

É possível fazer uma simulação gratuita por meio da plataforma RevisaPrev. (<https://revisaprev.com.br/>)

COMO PEDIR A REVISÃO?

Pela regra, tem direito à revisão quem se aposentou há no máximo dez anos, antes da reforma da Previdência de 2019 e que tenha contribuído para o INSS antes de 1994. Isso, porque a Lei 9.876, de 1999, estabeleceu que as contribuições anteriores a julho de 1994, início do Plano Real, não seriam contabilizadas no cálculo do benefício previdenciário. No processo de pedido de revisão, é preciso apresentar a documentação que comprove o direito à revisão e também cálculos que mostrem a possibilidade de aumentar o benefício.

Documentos que podem ser usados:

- Cadastro Nacional de Informações Sociais (Cnis);
- Carteira de trabalho;
- Carnês de pagamento;
- Cópia da Rais (Relação de Informações Sociais);
- Microfichas do INSS.

Fonte: Advogado especialista em direito previdenciário.

Juros caem em junho e crescimento será maior



»»Rosana Hessel »»Vicente Nunes

A economia brasileira pode surpreender positivamente em 2023, na avaliação do economista Luiz Fernando Figueiredo, ex-diretor do Banco Central e presidente do Conselho da Jive Investments. Segundo ele, a desaceleração da **inflação** de março, quando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou alta de 0,71%, é consistente e pode abrir espaço para o Banco Central começar a reduzir a taxa básica da economia (Selic), atualmente em 13,75% ao ano, a partir de junho.

Pelas estimativas de Figueiredo, o Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano poderá crescer mais de 1,5%, acima da mediana das estimativas do mercado coletadas no boletim Focus, do Banco Central, de 0,91%.

"Primeiro, porque o caminho fiscal está com uma cara melhor, e isso melhora a confiança ao longo do tempo. Depois, o setor agrícola está indo muito bem e vai surpreender bastante", explica Figueiredo.

O governo está dando passos para frente na área fiscal, de acordo com o economista, pois o desenho do novo arcabouço está no caminho certo para conter o crescimento da dívida pública "de forma acentuada". Contudo, ele alerta que há vários retrocessos na área microeconômica, no novo marco do Saneamento, na Lei das Estatais e na gestão da Petrobras, que, segundo ele, podem comprometer os avanços na área macroeconômica.

Quando esteve no Banco Central, Figueiredo foi responsável pela implementação do Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB), que completa 21 anos no

próximo mês. O SPB, implementado no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), foi uma revolução na época e referência mundial.

Na avaliação do ex-diretor do BC, a autoridade monetária está correta ao manter os juros no atual patamar. "Os juros estão altos porque é necessário, até que as pressões inflacionárias baixem", diz. Ele acredita que o Brasil pode ser um dos primeiros países a iniciar o ciclo de normalização, se continuar na direção correta.

A seguir os principais trechos da entrevista de Figueiredo ao Correio: O Sistema de Pagamentos Brasileiro (SBP) está completando 21 anos. Como avalia os resultados?

Foi uma grande revolução. A mudança foi feita de maneira organizada. O sistema anterior de pagamentos era uma grande colcha de retalhos, construída ao longo da história e de vários planos econômicos. E tinha um grave problema. Por ser desorganizado e ineficiente, a responsabilidade, caso houvesse uma falha de um agente ou banco, ficava nas costas do Banco Central.

Como era esse sistema?

As instituições tinham conta-corrente no Banco Central, a conta reserva bancária. Quando o banco sacava a descoberto, pagava os compromissos dele e não conseguia cobrir a conta no final do dia, ele quebrava em cima do Banco Central, do erário e dos cidadãos brasileiros. E, como não havia uma proteção nos sistemas de pagamento, se alguém quebrasse poderia gerar um problema sistêmico. A partir daquele momento, o BC não permitiu mais que se sacasse a descoberto na conta de reserva bancária.

Para se ter uma ideia, até aquele momento, já tinham sido gastos com quebra de bancos algo entre US\$ 100 bilhões e US\$ 150 bilhões daquela época. Um volume absurdo.

Que outros benefícios houve?

O novo sistema abriu o espaço para que o Banco Central criasse uma série de instrumentos e aumentasse a concorrência, reduzindo muito o custo de transacionar no Brasil. O Fundo Garantidor de

Crédito (FGC), que não era usado, ganhou efetividade.

Isso é uma coisa boa, porque, no final, é o setor privado resolvendo seus problemas. Esse trabalho de modernização, acabou tendo uma consequência muito legal, que foi a criação da TED.

Dizem que a TED é a mãe ou avó do Pix.

A TED representou uma democratização do acesso a recursos financeiros.

Naquela época, uma pequena loja esperava dois, três dias, às vezes, uma semana para compensar um cheque recebido de uma venda. Com a TED, essa operação ficou uma coisa on-line.

Facilitou muito a vida de todos. E, na verdade, era um pouco a cabeça do Pix naquela época. Mas, claro que o Pix é uma grande evolução, porque é 24 horas por dia.

Olhando para esses 21 anos, como o senhor avalia a evolução que a gente teve? O Brasil conseguiu dar outros passos importantes?

Sem dúvida. O custo de pagamentos no Brasil sempre foi muito alto por falta de concorrência.

E essa modernização acabou gerando possibilidades de novas empresas no mercado. E isso deu mais acesso às pessoas a cartão de crédito, a conta corrente, a pagamentos em tempo real. O Pix é uma dessas modernizações, algo espetacular que vários países querem copiar.

O Banco Central está certo ao manter a taxa de juros no nível atual e não ceder às pressões do governo?

Ele está certo. Podem discutir se os juros deveriam estar meio por cento mais altos ou mais baixos.

Mas os juros estão altos porque é necessário. E é necessário até que as pressões inflacionárias baixem. O problema é que, quando você fica trazendo incerteza, esse processo se prolonga. E aí o impacto é muito maior. É um problema quando se coloca em xeque a responsabilidade fiscal num país com endividamento tão alto quanto o Brasil. E quando os agentes começam a achar que a **inflação** vai subir, não dá para o Banco Central reduzir os juros. Mas caminhamos para um momento mais benigno. O governo veio com um pacote fiscal razoável, que, no mínimo, não deixa a dívida crescer de maneira muito acentuada, o que já é uma redução de risco muito importante.

Com esse novo arcabouço e um deficit fiscal menor,

abre-se espaço para o Banco Central reduzir os juros. Acho que os juros podem começar a cair em junho.

O cenário de fraude da Americanas, do crédito escasso, de juro alto pode prejudicar o sistema, ter algum problema de inadimplência? Com o juro caindo resolve?

Até pelo tamanho, o caso da Americanas acabou dando uma chacoalhada muito grande no mercado, porque é uma fraude de R\$ 20 bilhões e, se a empresa for para o buraco, você está falando de R\$ 45 bilhões. E o mercado vai sofrer. Outras empresas com alguma fragilidade também apareceram no meio caminho, e isso acabou gerando um receio maior.

Quando se analisa a questão do crédito, você tem que olhar duas vertentes. No caso dos bancos, eles estão com capital, estão tranquilos.

Claro que, como o risco aumentou, os spreads subiram, mas não é que não existam recursos disponíveis. Existem sim. No caso do mercado de capitais, houve um momento que deu uma certa congelada. Houve saques e os fundos deram uma parada boa. Mas, aparentemente, o pior já passou.

A apresentação da nova regra fiscal já reduziu a curva de juros em mais de 100 pontos.

Então, isso dá alívio no mercado de crédito?

Hoje, daria para dizer que estamos melhores do que há algumas semanas. Uma coisa que as pessoas, às vezes, não entendem é o motivo de o Banco Central elevar os juros. Ele sobe o juro para reduzir a demanda. Ou seja, é, sim, para esfriar a economia, mas ele não quer provocar uma recessão. É para que a economia e os preços se acomodem.

E, quando isso acontece, o BC pode afrouxar a política monetária, voltar ao normal. Nos ciclos econômicos, é sempre dessa forma.

Dói como qualquer remédio. Demora um pouco para fazer efeito, depois, a vida segue para uma situação de mais normalidade.

A **inflação** de março apresentou desaceleração, o que melhorou o humor do mercado. Esse processo é consistente?

O core (da **inflação**), que é menos volátil, também ficou melhor.

A atividade está mais fraca e o crédito, mais apertado. Tudo isso junto me faz supor que, sim, é mais consistente. Não é uma queda muito rápida. É um

processo gradual.

A queda recente do dólar ajuda?

Ajuda e vem em um bom momento.

Mas o problema é que o dólar, assim como cai, volta a subir.

Ao meu ver, o dólar não está muito depreciado no Brasil. Ele está muito mais perto do equilíbrio do que depreciado.

E qual é o ponto de equilíbrio?

Em torno de R\$ 5 e R\$ 5,20?

É em torno disso. Pode ser um pouco mais, ou um pouco menos. Alguns economistas questionam a visão de que o Brasil tem problemas fiscais por olhar somente para a dívida bruta e não para dívida líquida, e, nesse contexto, a dívida brasileira poderia ser de até 45% do **PIB**, o que seria muito mais administrável. Tem lógica nisso?

Eu sou um dos que olhava muito a dívida líquida em vez da dívida bruta. Acontece que a diferença entre as duas são os ativos que o governo tem e que, no final, não sabemos bem quanto valem nem se ele vai poder transformar em dinheiro e pagar a dívida. Então, muitos países usam a dívida bruta. E a dívida bruta do Brasil é, senão a maior, uma das maiores dos países emergentes, em torno de 73%, 74% do **PIB**. Seria preciso que ela começasse a cair gradualmente, e daí vem toda essa discussão.

O que é preciso para termos um clima de mais tranquilidade e previsibilidade?

Aprovar o arcabouço fiscal e a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que vai dizer qual será o resultado primário deste ano e do ano que vem. Isso já vai ajudar bastante. Os mercados têm melhorado desde que começaram a vazar partes do arcabouço fiscal. Principalmente a curva de juros, que é o custo na veia da rolagem da dívida. Outra coisa é que a **reforma tributária**, se for aprovada, tem o poder de melhorar muito a eficiência, a produtividade na economia. Mas o problema maior é no lado microeconômico.

O senhor destaca o quê?

Eles estão tentando dar um monte de passos para trás. Aí entra a questão do saneamento, a lei das estatais, a maneira que eles estão lidando com a Petrobras, a questão do Banco Central.

Falaram da lei trabalhista e até de ressuscitar o Fies,

que foi um escândalo. Enfim, tem coisas que o PT já fez, deram errado, e estão ressuscitando. Para um país em que metade das pessoas não têm esgoto e 30% a 40% não têm água potável, os decretos que mudam a Lei do Saneamento são uma loucura. Da aprovação da lei até agora, foram 29 novas empresas com mais de R\$ 80 bilhões de contratos de investimento firmados. As empresas estatais nunca investiram, e volta o sistema onde elas, mesmo sem contrato, sem nada, continuam valendo. É um escândalo.

É perpetuar a desigualdade social no país, na contramão do discurso presidencial de reduzir as desigualdades.

Com relação ao crescimento da economia, podemos ter alguma surpresa este ano?

Acho que sim. O Focus está um pouco abaixo de 1%, mas eu acho que o crescimento pode ser pouco superior a 1,5%, por algumas razões. Primeiro, porque o caminho fiscal está com uma cara melhor, e isso melhora a confiança ao longo do tempo.

Depois, o setor agrícola está indo muito bem e vai surpreender bastante.

Para o ano que vem já estão falando em 3%. É possível?

Acho cedo para falar. Podemos ter um bom crescimento, mas vai depender da parte microeconômica.

Se houver muitas coisas ruins no lado micro, elas se tornam um problema macro e em entraves para o crescimento.

"No ano que vem, pode ser melhor (o **PIB**), mas vai depender da parte microeconômica. Se houver muitas coisas ruins no lado micro, elas se tornam um problema macro e em entraves para o crescimento"

Arcabouço fiscal deve ser enviado hoje ao Congresso



O ministro da Casa Civil, Rui Costa, diz que Lula pretende assinar hoje a proposta do novo marco fiscal

A proposta de novo arcabouço fiscal, que substituirá o atual teto de gastos, deve ser assinada e enviada hoje pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Congresso Nacional. O anúncio foi feito pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa, durante agenda sobre o programa habitacional Minha casa, minha vida, em Salvador, neste fim de semana. Na sexta-feira, ele já havia se pronunciado sobre o arcabouço fiscal pelo Twitter, quando manifestou a expectativa de que o projeto seja aprovado neste primeiro semestre. "Hoje, serão feitos os últimos ajustes no texto e na segunda-feira o presidente Lula assina e envia ao Congresso o projeto do novo arcabouço fiscal. O debate foi feito e estamos muito confiantes na aprovação no primeiro semestre, antes do recesso parlamentar", afirmou.

Rui Costa afirmou que o governo está interessado em superar esta etapa para ter "um debate muito mais rico sobre a **reforma tributária**, com ampla participação de setores e regiões do país". Neste sentido, a expectativa é de que a proposta de **reforma tributária** seja aprovada até o fim do ano. Ele afirmou na capital baiana que não haverá nova tributação nova no cerco do Ministério da Fazenda às empresas de comércio eletrônico, já anunciado pelo governo. "O que vai se fazer é fiscalização para que, quem estiver fora da lei existente, se adapte à lei existente. Tem muito ruído de comunicação, porque as empresas que fazem isso já procuraram o Ministério da Fazenda para se adequar e ajustar suas prestações de conta a lei existente", afirmou.

Ao enviar a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 (LDO) ao Congresso Nacional, na sexta-feira, a ministra do Orçamento e Orçamento,

Simone Tebet, disse que os principais pontos da nova regra fiscal já estão pacificados dentro do governo e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já aprovou a proposta. Segundo ela, faltam os ajustes necessários na redação do texto que não alteram as linhas anunciadas pelo governo na semana passada.

"Foi mais pedido nosso mesmo, redacional, para aliar a experiência que temos no Congresso Nacional com a do Ministério do Planejamento e Orçamento. Nós fizemos várias solicitações de mudança redacional que foram todas aceitas pelos demais ministros. Então, só para deixar muito claro que não foi solicitação nem do núcleo político do governo, nem da Casa Civil", afirmou Tebet.

A LDO é a lei que apresenta as prioridades do governo federal para o próximo ano. Orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), que deve ser analisada no segundo semestre e apresenta definição mais específica do Orçamento do ano seguinte. Em função da mudança de regra fiscal, a proposta deste ano deve ser vinculada à aprovação da nova norma que acaba com a regra do teto de gastos. Com a nova regra fiscal, o governo deve ampliar o espaço fiscal para investimentos e gastos com programas sociais. Simone Tebet afirmou que a LDO deste ano é "atípica" porque ainda se baseia na atual regra do teto de gastos, mas ao mesmo tempo apontando para as regras do novo arcabouço. "Estamos diante de uma LDO com números muito feios à luz do teto de gastos. Então, vamos apresentar números que mostram que isso só reforça a necessidade de novo arcabouço, porque essa que está aí zera a possibilidade de despesas discricionárias", declarou.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/17/04/2023/p1>

"Recessão segue no radar, mas reformas podem mudar rumo"



Ernesto Revilla, economista do Citi: reformas bem feitas podem criar ciclo de crescimento maior e juros mais baixos

Rafael Vazquez De São Paulo

O risco de recessão técnica no Brasil, antes previsto pelo Citi para ser confirmado no fim do primeiro trimestre, está mais afastado, mas segue no radar deste ano, segundo o economista-chefe para América Latina do banco americano, Ernesto Revilla. A visão é que o cenário internacional incerto e a alta taxa de juros interna provocarão duas quedas consecutivas do **PIB** no segundo e no terceiro trimestres.

"Seguimos prevendo uma recessão técnica no Brasil, mas mudamos um pouco o momento dela. Agora vemos essa recessão técnica acontecendo a partir de duas quedas consecutivas no segundo e no terceiro trimestres deste ano. O primeiro trimestre deve crescer 0,6%, mas nos seguintes devemos ter contrações de 0,4% em cada trimestre", prevê Revilla.

Contudo, o economista-chefe para América Latina do Citi pondera que há elementos que podem alterar a rota. Um deles é o fator externo, já que há dados contraditórios sobre o que acontecerá com a economia dos EUA ao longo do ano. A consolidação de uma recessão na maior economia do mundo, juntamente com uma China que cresce menos, é desfavorável para toda a América Latina. "Mas nunca vimos uma economia americana tão difícil de ler como a atual, porque há muitos indicadores em direções contrárias. E esse comentário vale para o mundo todo", observa.

No cenário interno, Revilla acredita que possíveis aprovações no Congresso do novo arcabouço fiscal e da **reforma tributária** também têm potencial para mudar o prognóstico. "O cenário-base é que a recessão se confirme nos EUA no fim do ano e no Brasil um pouco antes por causa da alta taxa de juros no país", diz.

"Mas há um potencial para melhorar essa previsão a medida que as reformas saiam no tempo ideal. Se forem bem feitas, podemos ter um ciclo positivo de maior crescimento e taxa de juros mais baixas, inclusive com valorização dos ativos financeiros brasileiros", acrescenta.

Revilla vê boas chances de que o arcabouço fiscal e a **reforma tributária** atraiam o consenso suficiente no Congresso, embora destaque que ambas iniciativas ainda precisam ser melhor esclarecidas.

Para ele, o quanto antes o governo divulgue os detalhes que restam e apresentem os projetos de lei, melhor.

"O aspecto positivo do arcabouço fiscal é que o mercado já viu a intenção do governo de que, se quer gastar mais, sabe que precisa arrecadar mais. Ao menos elimina o risco de ver um governo que só pensa em gastar, sem considerar o quanto arrecada.

Um risco a menos", analisa.

"Mas há ainda há dúvidas sobre os próximos passos, há muito para esclarecer. Uma preocupação é que o ritmo de gastos não esteja de acordo com a realidade econômica que o Brasil e o mundo vive. Lula 3 não vai ter a mesmas condições externas que teve nos seus dois governos anteriores. A China não vai crescer a uma média de 10% nos próximos anos e não vemos uma alta tão significativa para as commodities", complementa Revilla. "A intenção de reformar o complexo sistema tributário também é positiva.

O mercado, contudo, sabe que essas reformas não são fáceis e que o diabo está nos detalhes".

Com as informações disponíveis até o momento, o economista-chefe do Citi para a América Latina avalia bem o papel do ministro da Fazenda, Fernando

Haddad. "Está fazendo um bom trabalho de comunicação e já demonstrou entender bem os diagnósticos dos problemas e do que a economia brasileira precisa. Isso é um fator tranquilizador para os mercados", afirma.

Ele destaca que o ministro tem se pronunciado bem em polêmicas geradas a partir de comentários do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que vem criticando constantemente o Banco Central, que manteve a taxa de juros em 13,75%, e a atual meta de **inflação**, estabelecida em 3,25% para 2023, com margem de tolerância de 1,5 ponto para mais ou para menos. "Contornar esses ruídos entre o governante e o mercado é basicamente o trabalho de um ministro de Finanças no mundo todo", diz Revilla.

Por outro lado, o economista do Citi acredita que o debate sobre a meta de **inflação**, embora seja até saudável em regimes democráticos, foi lançado no momento errado pelo presidente Lula. "O mercado tende a castigar discussões sobre metas de **inflação** quando se está fora da meta por cima. É como mudar o gol de lugar no meio de uma partida de futebol. É melhor fazer essa discussão quando se está dentro da meta", comenta.

Além disso, conforme pontua Revilla, não foi eficiente o chefe do governo externalizar que pretende mudar a meta de **inflação** antes de fazer a mudança porque o efeito obtido é o contrário do que se deseja. "Provoca uma ineficiência com o Banco Central.

Quando o mercado interpreta que a meta vai subir, as expectativas já sobem na esteira, enquanto a regra e buscar os 3,25% segue inalterada. Na prática, o BC acaba endurecendo mais a política monetária, em vez de afrouxar. Ou seja, reduz a chance de queda dos juros antes do previsto", aponta.

No cenário do Citi, o Banco Central começará a cortar a taxa básica de juros somente no segundo semestre em meio à consolidação da queda do **PIB** no segundo e no terceiro trimestre. A partir daí, aguarda cortes de até 1,5 ponto percentual, encerrando o ano com a Selic em 12,25%.

O ciclo de redução continuará lentamente em 2024, terminando o ano que vem em 9%.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187521?page=1§ion=1>

Órgão deve monitorar efeitos do arcabouço fiscal

O novo arcabouço fiscal proposto pelo governo tem potencial de corrigir problemas no teto de gasto, na avaliação do diretor da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea, Claudio Amitrano. Segundo ele, a atual regra fiscal é falha por ser pró-cíclica - ou seja, agrava ciclos de baixa da economia - e inflexível, sem margem de manobras para a política fiscal.

O marco fiscal elaborado pela equipe econômica, por sua vez, teria, na visão dele, vantagem por prever crescimento das despesas mesmo em momentos de retração econômica e dar mais flexibilidade para o cumprimento de metas de resultado primário. A medida deve ser encaminhada nesta semana pelo governo ao Congresso.

Em entrevista ao Valor, Amitrano e outros integrantes da diretoria do Ipea afirmaram que o instituto não foi ouvido durante a elaboração da proposta pela equipe econômica, mas deve monitorar os efeitos da medida no longo prazo, embora uma avaliação imediata do texto não esteja nos planos dos técnicos. O órgão não tem uma avaliação oficial sobre o projeto.

O Ipea projeta que o **PIB** crescerá 1,4% neste ano e 2% no ano que vem - estimativas mais otimistas que as do mercado financeiro, que espera alta de 0,91% em 2023 e de 1,44% em 2024, segundo o boletim Focus.

"Há diversos setores desacelerando, exceto agricultura, que neste ano a gente prevê um crescimento de 11,6%. Mesmo com esse crescimento tão robusto do setor agrícola, em razão das maiores safras de milho e soja, a gente vai ter um crescimento provavelmente baixo neste ano melhorando um pouquinho no ano que vem, principalmente o investimento", explicou. "É bem provável que o novo arcabouço ajude a melhorar essas expectativas com relação ao futuro", complementou.

Segundo Amitrano, a previsão para o desempenho da economia não considera os efeitos da eventual aprovação do novo arcabouço fiscal e da **reforma tributária**, que devem ser positivos.

"Essas projeções são condicionadas à maneira pela qual se desdobrarem a **reforma tributária** e o arcabouço fiscal. A **reforma tributária** tem vários

efeitos positivos, pelo lado da oferta e pela demanda", afirmou Amitrano.

"A **reforma tributária** pode alterar um elemento que é importante para o bom desempenho do arcabouço fiscal, que é a elasticidade do **PIB** e arrecadação - que é eventualmente a arrecadação crescer mais do que o crescimento do **PIB**." Questionado sobre o debate envolvendo a política monetária, que esteve no centro das discussões durante o primeiro trimestre do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o diretor disse que o Ipea não tem posicionamento e afirmou que há opiniões divergentes até mesmo entre os técnicos.

Desde o início do ano, a manutenção da taxa Selic em 13,75% ao ano tem sido fortemente criticada por Lula e outros integrantes do governo, que consideram a política monetária prejudicial ao crescimento econômico.

"O Banco Central tem uma tarefa difícil agora porque, com a nova legislação da autonomia, ele tem múltiplos objetivos. O combate à **inflação** é um deles, a estabilidade do sistema financeiro é outro, e as oscilações do nível de atividade, outro. A conciliação desses diversos objetivos com um único instrumento [taxa de juros] é uma conciliação complexa", afirma o técnico.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187521?page=1§ion=1>

Líder do maior bloco da Câmara afirma que grupo vai garantir governabilidade a Lula

Raphael Felice

A formação do novo superbloco com nove partidos e 175 deputados federais trouxe consigo uma série de esclarecimentos públicos de que a nova formação não seria feita para criar problemas para o governo Lula. Além das declarações do líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA) -- já cotado para ser o apadrinhado de Lira na eleição à presidência da Câmara em 2025 -- e do próprio Arthur Lira (PP-AL), o grupo suprapartidário fez questão de iniciar a sua formação com um governista na liderança, o deputado Felipe Carreras (PSB-PE).

O bloco que trocará de líder a cada bimestre começará com o deputado do partido do vice-presidente Geraldo Alckmin, o PSB, e o próximo a assumir a liderança será um integrante do PDT -- provavelmente André Figueiredo (CE). Ao Correio, Felipe Carreras afirma que o seu papel de partidos como PSB, PDT, Avante e Solidariedade, que caminharam juntos em prol da eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, será na atuação para garantir governabilidade ao poder Executivo.

Além do prognóstico positivo ao governo, Carreras falou sobre a relação de Lira e sua influência dentro da Câmara dos Deputados e de como as mudanças dentro da Câmara e a criação dos blocões alteram o jogo de poder e político dentro da Casa Baixa. O pessebista também comentou assuntos que estão em alta na sociedade nas últimas semanas.

Entrevista Felipe Carreras (PSB-MA) - líder superbloco

Primeiramente parabéns pela liderança. Qual a responsabilidade de liderar um grupo tão grande de deputados e principalmente articular em torno de uma unidade com partidos de posições tão diversas?

Obrigado! É um desafio enorme ser o primeiro líder deste que é o maior bloco da Câmara, sobretudo, no momento político que estamos atravessando no país. Preciso agradecer, inclusive, ao presidente Carlos Siqueira e aos líderes do PSB, à bancada socialista e aos líderes dos partidos que compõem o bloco por confiarem a mim essa missão na largada do bloco. O Brasil vive um momento de oportunidades com um novo governo, que vem com o objetivo de resgatar o país no cenário internacional, no setor social e no

econômico. Minha missão aqui é promover o diálogo e as pontes entre os diferentes para viabilizar a construção de um projeto de país onde o povo saia ganhando. Vamos respeitar as divergências e garantir a governabilidade e a convergência dos Poderes que o país precisa para se desenvolver.

Para os partidos de esquerda, existe um peso maior para fazer com que esses grupos, pelo menos em maioria, acompanhem os projetos governistas? Porque houve um burburinho nos bastidores sobre a entrada do PSB e PDT, como foi até citado no discurso do deputado André Figueiredo e seu também.

Para integrarmos esse bloco foi feita uma grande articulação com todos os partidos que participam dele. O PSB e o PDT são base do governo e se tornaram elementos essenciais para a consolidação do bloco. Foi uma construção democrática. O PSB e o PDT têm uma relação histórica tanto a nível nacional quanto regional, e temos boa convivência com os partidos de centro. Caminhamos com o Solidariedade e com o Avante como aliados de primeira hora pela eleição da chapa Lula e Alckmin. Tanto eu quanto André Figueiredo (líder do PDT) temos boas relações políticas e de amizade com grandes lideranças dos partidos que compõem o bloco e menciono aqui colegas como Elmar Nascimento (União Brasil), André Fufuca (PP), Luís Tibé (Avante), Fred Costa (Patriota), que estavam com a gente na legislatura passada. Já temos um diálogo. A Câmara dos Deputados tem um papel fundamental nos rumos que serão dados no resgate do Brasil, tanto em termos de políticas sociais quanto econômicas e esses parlamentares sabem da responsabilidade que têm pela frente. Estamos buscando uma convergência para viabilizar o país que os brasileiros precisam neste momento. A democracia é resultado do diálogo entre os diferentes.

Essa formação de blocos, não só a do "superbloco" liderado pelo senhor, mas do bloco formado semana retrasada. facilita para o governo negociar?

Nosso bloco vai garantir a governabilidade. A escolha do nosso nome para liderar esse grupo é uma sinalização clara para o governo do presidente Lula e do vice-presidente Alckmin, que também é do nosso partido, que eles terão uma base sólida aqui. Vamos ajudar o Líder do Governo, José Guimarães, na árdua tarefa da formação de uma base sólida. Era importante

trabalharmos nessa construção para evitar que extremos se fortalecessem não somente contra o governo, mas contra o projeto de reconstrução e desenvolvimento do Brasil e de justiça social. Temos um diálogo aberto muito bom com os partidos do outro bloco e estamos em sintonia com o ministro e amigo de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e avalio que todos têm intenções muito positivas para aprovar matérias essenciais trazidas pelo governo, como a **Reforma Tributária**, o novo marco fiscal, proposta de combate a fake news e pautas sociais que visem o combate à miséria e a promoção do emprego e da renda e reduzir as desigualdades sociais do nosso país.

Esse bloco mostra a força do presidente da Câmara? O senhor disse no discurso que ele não se intrometeu, mas sabe-se que ele era um grande interessado nesse acordo. Inclusive, ele era um dos articuladores de uma federação PP e União Brasil, que acabou não saindo.

O presidente Arthur Lira é um cumpridor de acordos e desde sua campanha para a presidência da Câmara afirmou que seu papel jamais seria o de dificultar a vida do governo, mas sim de convergir pelo desenvolvimento do Brasil. O seu partido integra esse bloco e como ele bem disse, essa formação é uma expressão do fortalecimento partidário como mecanismo de consolidação da democracia. Para ele, como presidente da Casa e uma pessoa que tem uma boa interlocução com o governo, é fundamental que se supere a era da disputa e das divergências entre os três poderes. A convergência é necessária para votarmos projetos de interesse do Brasil. É de interesse dele porque só vamos alcançar as transformações urgentes para o país se Executivo e Legislativo se alinharem nessas demandas que não são de governo, são da sociedade. Isso é política de verdade. Reafirmo que ele não teve interferência na formação do bloco.

A formação desses blocos pode ajudar o governo só em pautas estruturantes, econômicas ou sociais? Questões ideológicas podem ganhar espaços? Como integrante da base do governo, o senhor vê essas iniciativas de emplacar pautas com viés na ideologia ou o foco são mesmo as pautas estruturantes?

É claro que somos realistas e sabemos que não haverá acordo absoluto sobre tudo. Estamos falando de um bloco com 175 parlamentares de diferentes partidos e vieses ideológicos. Mas o ideal de bloco vem de um debate de ideias para construção de propostas com resultado prático. E é válido lembrar que esta composição não abarca extremos radicais que não se conversam. Nos unimos neste bloco com interesses claros de resgate e desenvolvimento do Brasil e isso envolve diversos temas da área

econômica e da área social. É preciso lembrar que boa parcela dos parlamentares desse bloco estava na Câmara para aprovar piso salarial da enfermagem, auxílio emergencial, bolsa família, o novo Fundeb, o marco regulatório dos jogos de apostas e o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). Precisamos focar agora no que é urgente para o Brasil caminhar, como a **reforma tributária** e o novo arcabouço fiscal. Este é um bloco democrático e acredito que vamos conseguir chegar a soluções práticas para pautas mais ideológicas, como fazemos num parlamento democrático.

A formação de blocos maiores pode se tornar uma tendência? Qual o objetivo? É reduzir a quantidade de partidos e tornar o debate mais direto? Pode ajudar em um combate à polarização mais violenta?

A formação de blocos é comum no Parlamento. Não é uma invenção de agora. Ela é estratégica, ela fortalece a democracia, a convergência para algumas pautas. É uma forma de dialogar e construir. Nos últimos anos, vimos alguns movimentos extremistas e separatistas que apenas usavam o Plenário de palanque para discursos que agradavam a claque, sem conversão em propostas práticas que atendessem as demandas do povo. Essa prática de alimentar discursos ideológicos radicais atrapalhavam a construção democrática de propostas que abarcassem a maior parcela da sociedade. Estamos falando do Brasil, um país de dimensões continentais com uma diversidade cultural e econômica imensa, um país que infelizmente tem muita desigualdade. Não podemos perder tempo com embates que em nada contribuem para a solução desses problemas. Temos mais de 33 milhões de pessoas vivendo em situação de insegurança alimentar e 9,2 milhões estão desempregadas. O bloco é uma forma efetiva de enfrentar essas questões democraticamente. Ele não reduz partidos, ao contrário, ele garante mais representatividade, engrandecendo a participação dos partidos independentemente de seu tamanho na Casa.

O governo vai formar base robusta?

A formação desse novo bloco é a consolidação dessa base. É um símbolo de responsabilidade dos que querem somar. Dos que têm responsabilidade com o Brasil. Estamos pavimentando o caminho para viabilizar o modelo de país que foi escolhido pelo povo nas urnas nas últimas eleições. Somos 175 parlamentares e vamos nos somar aqueles que querem um país melhor e menos desigual. Estamos ainda no terceiro mês da nova legislatura. Tudo que estamos fazendo é no sentido de aglutinar e formar uma base. O bloco foi um importante passo.

O governo Lula fez cem dias recentemente? Como o

senhor avalia? Pode destacar um ponto positivo e outro negativo?

Como diria o slogan da campanha, é evidente que o Brasil voltou. O dólar já está baixando, o novo Bolsa Família já está atendendo famílias que haviam sido deixadas de lado, reconquistamos nosso respeito internacional e, com isso, estamos recuperando investimentos. O turismo voltou a crescer com os números do setor aéreo, por exemplo, voltando aos patamares pré-pandemia. A economia vem dando sinais positivos de retomada. São muitos resgates em apenas 100 dias, depois de tudo o que passamos. Acho que precisamos de alguns ajustes na celeridade das definições dos espaços segundo e terceiro escalão. Há boa vontade do governo, mas há um descompasso entre a ansiedade por parte do parlamento e a decisão do Governo. Quando isso se resolver, muita coisa deve destravar.

Sobre os recentes ataques em escolas brasileiras e outras manifestações violentas como o 8 de janeiro. O senhor acha que tem alguma relação com esse discurso de ódio? A gente tem visto truculência muito acima da média até mesmo em comissões da Casa, como na CCJ e na CSP.

Certamente. Isso não é uma onda que ocorre somente no Brasil, mas no mundo. A questão das escolas passou da era do bullying e passou para a fase do estímulo ao ódio, à ação violenta, o que é lamentável. Isso resulta em tragédias onde a mera discordância motiva um extremista a agir de forma criminosa. O parlamento é reflexo disso. O ministro Flávio Dino perdeu dois dias em que se dispôs a debater a segurança pública do país para chegar aqui e encontrar colegas se digladiando de maneira reprovável. É muito ruim a Casa do povo deixar de ser um espaço de construção democrática com propostas efetivas para a sociedade para virar palco de ataques que só servem para vídeos que vão alimentar ainda mais o discurso de ódio nas redes. Mas acho que a formação dessa base sólida aqui vai deixar essas ações cada vez mais isoladas, e elas vão ecoar cada vez menos. Isso vai acabar tornando o Legislativo num espaço mais produtivo.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem

ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/04/5087846-lider-do-maior-bloco-da-camara-afirma-que-grupo-vai-garantir-governabilidade-a-lula.html>

Importações sem controle tiram a competitividade do varejo (Artigo)



Nadim Donato

O número de importações de pequeno valor via marketplaces internacionais, como as compras feitas por brasileiros em plataformas de outros países, têm aumentado demasiadamente e impactado significativamente a economia brasileira. Os produtos importados de até US\$ 50 (cerca de R\$ 250), isentos de **impostos**, têm gerado uma perda de vantagem competitiva para os comerciantes legalmente estabelecidos no país.

No Brasil, a produção e a comercialização de produtos falsificados é ilegal e viola os direitos de propriedade intelectual das empresas que criam e desenvolvem os produtos originais. A falta de controle governamental e a isenção de **impostos** a essas importações, principalmente as vindas da Ásia, atrapalham e afetam o desempenho das empresas brasileiras no mercado global, desequilibrando sua competitividade, além de estimular o comércio ilegal. As indústrias brasileiras, e conseqüentemente o comércio nacional, não conseguem competir com os preços muito baixos dos produtos importados e, na maioria das vezes, falsificados.

Ainda, a importação excessiva de produtos por meio de marketplace pode desincentivar o empresário que investe, reduzindo sua participação no comércio e aumentando o desemprego.

Segundo o Banco Central do Brasil, para o acumulado nos dois primeiros meses do ano de 2023, os valores para as importações de pequeno valor, via encomendas internacionais, chegaram a 1,51 bilhão de dólares. Em comparação aos meses de janeiro e

fevereiro de 2022, houve uma elevação no percentual das importações de produtos de pequeno valor nas importações de bens, chegando à maior participação no último ano analisado, sendo em 2022, 4,82%, atingindo 13,14 bilhões de dólares. Já entre janeiro e fevereiro deste ano, a participação acumulada das importações observada foi de 4,0%, bem próximo do maior valor de participação quando comparado no ano, principalmente, ao analisar com o ano de 2022. É assustador saber que as compras de pequeno valor importadas no primeiro bimestre deste ano superaram as compras de todo o ano de 2017, US\$ 1,42 bilhão.

A questão fiscal é mais um aspecto importante que deve ser considerado no que diz respeito à importação de produtos de pequeno valor. A falta de tributação sobre esses produtos provoca uma perda significativa de receita pela não arrecadação de **impostos** para o governo brasileiro. O controle insuficiente do governo nas compras de importação de produtos abaixo de 50 dólares tem um impacto significativo na arrecadação com impacto direto na redução de investimentos nas áreas da saúde, educação e infraestrutura, por exemplo.

Por outro lado, devido à estrutura tributária nacional e à concorrência estrangeira, os varejistas brasileiros estão enfrentando grandes dificuldades na concorrência com os importados, o que tem resultado em perda de mercado. Também por essa razão, a Fecomércio MG concorda com as medidas anunciadas pelo governo federal que decidiu, em boa hora, taxar as mercadorias importadas com o objetivo de tornar mais difícil as entradas de baixo valor, contribuindo assim para combater a concorrência desleal.

No sentido de aperfeiçoar as medidas governamentais, a Fecomércio MG sugere que a legislação de combate à pirataria digital seja fortalecida com sanções mais rigorosas para as empresas que importam produtos ilegais. Também propõe uma fiscalização efetiva e rigorosa por parte da **Receita Federal** para coibir possíveis fraudes e garantir a aplicação das penalidades previstas em lei para aqueles que realizarem importações ilegais, pagamento de **impostos** ou concorrência desleal. É imperativo igualmente acabar com a isenção de **impostos** para as entradas internacionais abaixo desse mesmo valor, gerando um maior equilíbrio nas relações de mercado.

Nadim Donato, Presidente do Sistema Fecomércio
MG, Sesc, Senac e sindicatos empresariais

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/17/04/2023/p1>

À espera do Desenrola (Editorial)

Com muita razão, o presidente Lula da Silva cobrou mais agilidade do governo para finalizar os detalhes do Desenrola, programa de renegociação de dívidas que visa a reduzir a inadimplência das pessoas físicas e impulsionar a economia. "Vamos desenrolar, pelo amor de Deus", disse o petista, dirigindo-se ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O atraso no Desenrola impediu que o plano figurasse entre as promessas de campanha cumpridas na cerimônia de balanço dos 100 primeiros dias da gestão de Lula. A proposta, anunciada para rebater a principal bandeira de Ciro Gomes (PDT) na disputa eleitoral, estava prevista para ser lançada em fevereiro, mas até agora não saiu do papel. O secretário de Política Econômica da pasta, Guilherme Mello, disse que o programa estaria conceitualmente pronto, pendente apenas de soluções técnicas a serem resolvidas nos próximos meses. Mas tudo indica que esses problemas não parecem ter solução tão simples.

A ideia do governo é criar condições para que a plataforma digital do Desenrola permita a realização de um leilão em bloco das dívidas. De um lado, credores, como concessionárias de serviços públicos e varejistas, ofereceriam desconto sobre as dívidas de pessoas físicas; de outro, bancos e instituições financeiras quitariam esses débitos e passariam a cobrar os devedores inadimplentes por meio de novas operações, mais baratas e com prazos mais longos.

O governo, no entanto, só poderia garantir dívidas para pessoas com renda de até dois salários mínimos e dívidas de até R\$ 5 mil. O Tesouro teria condições de oferecer garantias entre R\$ 11 bilhões e R\$ 15 bilhões. O restante seria lastreado em créditos tributários das instituições financeiras, estimados em cerca de R\$ 100 bilhões.

Muito além das dificuldades operacionais para fazer credores e devedores se encontrarem na plataforma digital, uma desculpa no mínimo esdrúxula, as incertezas dos bancos sobre a viabilidade das operações sem garantia do Tesouro estariam por trás do atraso no lançamento do programa. No governo, há quem preveja o Desenrola apenas para o segundo semestre deste ano, algo inaceitável ante os recordes de inadimplência que têm sido registrados nos últimos meses.

Enquanto o governo bate cabeça na operacionalização do Desenrola, dados mais recentes da Serasa indicam

que 70,5 milhões de brasileiros estavam com o nome sujo na praça em fevereiro - 430 mil a mais que no mês anterior. O número só cresce ao menos desde janeiro do ano passado e retroalimenta a inadimplência das empresas, que passaram a enfrentar novas restrições desde a fraude bilionária das Lojas Americanas.

Despesas típicas de início do ano, como pagamento de **impostos** e reajuste de mensalidades escolares, contribuíram para apertar ainda mais o orçamento dos brasileiros. Na média nacional, 43,36% da população adulta está inadimplente, mas Estados como Rio de Janeiro, Amazonas e Amapá já registram índices superiores a 52%.

Com **inflação** em rota de desaceleração, mas ainda elevada, juros altos e sem perspectiva imediata de redução e renda ainda distante de uma recuperação digna de nome, parece evidente que o cenário requer uma atuação prioritária do governo. Renegociações realizadas por instituições privadas não darão conta de reverter esse cenário.

O comportamento mais benigno do IPCA, que registrou alta de 4,65% nos 12 meses encerrados em março, finalmente dentro do intervalo de tolerância da meta de **inflação**, aliado à apresentação do novo arcabouço fiscal pelo governo, foi bem recebido pelo mercado financeiro e derrubou a cotação do dólar à vista a menos de R\$ 5,00. Na outra ponta, famílias mais vulneráveis têm sido assistidas com a reformulação do Auxílio Brasil e sua reconversão ao Bolsa Família.

Empobrecida e endividada, a classe média ainda aguarda políticas públicas que a ajudem a se recuperar de anos que alternaram crescimento pífio e recessão, agravados pelos efeitos da pandemia de covid-19. Voltar a ter acesso ao crédito talvez seja a principal e a mais efetiva delas.[^]

Superpotências sem pessoas - MOISÉS NAÍM



Chineses em Pequim: envelhecimento da população preocupa

MOISÉS NAÍM

Uma superpotência militar pode manter sua influência global, mesmo que sua população esteja diminuindo? Ou envelhecendo? Essas não são situações hipotéticas, elas já estão acontecendo. A Rússia está despovoando e os chineses estão envelhecendo. E esses não são os únicos males demográficos que enfraquecem essas duas potências nucleares.

Entre 1994 e 2021, a população russa diminuiu em 6 milhões de pessoas (de 149 para 143 milhões). Segundo a ONU, seguindo as tendências demográficas atuais, até 2050 a população da Rússia terá sido reduzida para 120 milhões de pessoas.

Algo semelhante está acontecendo na China. Em 2022, o número de habitantes também diminuiu por lá. Esta é a primeira vez que isso acontece desde 1961. Mas, além disso, a população chinesa está, em média, mais velha. Isso significa que uma porcentagem relativamente pequena da população deve trabalhar para sustentar a enorme proporção de chineses já aposentados.

A tendência de envelhecimento e encolhimento da população na China e na Rússia apresenta desafios sem precedentes. O declínio demográfico não apenas ameaça a estabilidade das superpotências militares, mas também causa escassez de mão de obra e interrupções no mercado de trabalho. A diminuição da população economicamente ativa reduz a receita que o governo obtém com **impostos**, o que reduz sua capacidade de financiar pensões e serviços sociais

essenciais.

INSTABILIDADE. Assim, a demografia pode ser uma fonte tão forte de instabilidade interna quanto os choques externos que frequentemente atingem esses países. O aumento acelerado da população é tão destabilizador quanto o declínio.

Nesse sentido, a revista britânica *The Economist* adverte que "uma tragédia demográfica está se desenrolando na Rússia. Nos últimos três anos, o país perdeu 2 milhões de pessoas a mais do que normalmente teria perdido em guerras, doenças e êxodo. A expectativa de vida na Rússia está no nível da Haiti".

A demografia pode ser uma fonte tão forte de instabilidade interna quanto os choques externos. Naturalmente, a situação demográfica na Rússia, que já era ruim, agora foi agravada pela guerra na Ucrânia. De acordo com agências de segurança dos EUA e da Europa, entre 175 mil e 250 mil soldados russos foram mortos ou feridos em 2022. E entre 500 mil e 1 milhão de russos (principalmente jovens e bem-educados) foram para o exílio em outro país. A guerra e a fuga de capital humano se somam a problemas crônicos, como envelhecimento, baixas taxas de natalidade e fertilidade, alta mortalidade infantil, má qualidade do sistema de saúde e níveis letais de vício em tabaco, álcool e drogas.

As taxas de mortalidade pioraram em 2020 e 2023 devido à pandemia de covid-19. Segundo a *The Economist*, a co-vid matou na Rússia entre 1,2 e 1,6 milhão de pessoas. A Rússia sofreu a maior taxa de mortalidade por covid no mundo depois da China.

ENVELHECIMENTO. Independentemente da pandemia, a China enfrenta um declínio populacional sustentado. Em 2022, houve apenas metade dos nascimentos em comparação com seis anos antes. Isso se deve, em parte, ao sucesso da política de "uma criança por família" que o governo de Pequim impôs em 1980 para limitar o crescimento populacional. Em 2015, o governo abandonou a iniciativa já que agora os dirigentes chineses não estão preocupados com o aumento da taxa de natalidade, mas com a sua queda. A população em idade ativa vem diminuindo há 8 anos, e a preocupação com essa tendência é exacerbada pela

economia anêmica da China. O ano passado, foi o pior ano de crescimento da China desde 1970.

O governo de Pequim vê o crescimento populacional e o rejuvenescimento da população como fontes de estímulo à economia. Para isso, criou todo tipo de incentivos para estimular os nascimentos: pagamentos em dinheiro, reduções de **impostos**, longos períodos de licença remunerada tanto para a mãe quanto para o pai, entre outros estímulos.

Infelizmente, a experiência internacional mostra que o aumento da natalidade por meio de incentivos governamentais não produz os resultados desejados. Existem outras forças culturais, sociais e econômicas que reduzem o interesse do povo chinês em casar e ter filhos. Em 2022, o número de casamentos caiu para o nível mais baixo desde 1985, enquanto a taxa de natalidade também caiu.

Como mostra a experiência de países como Suécia, Itália ou Austrália, os subsídios governamentais têm efeitos limitados e insuficientes para reverter a tendência.

As razões para casar e ter filhos certamente incluem cálculos materiais, mas também são determinadas por fatores culturais e expectativas sobre o futuro do país e sua capacidade de oferecer oportunidades para sua população.

O otimismo sobre o futuro importa tanto ou mais do que o subsídio monetário que vem para cada mulher que tem um filho. E os dados sobre casamentos e nascimentos mostram que um número crescente de chineses não parece disposto a apostar em seu país.

Por várias razões, esse pessimismo também é comum entre os russos.

Lula volta ao país com expectativa por vaga no STF e teste no Congresso



Retorno. Depois de viagens à China e aos Emirados Árabes, Lula terá de encaminhar agendas domésticas esta semana

JENIFFER GULARTE jeniffer.gularte@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

De volta ao Brasil, na noite de ontem, após as viagens oficiais à China e aos Emirados Árabes Unidos, o presidente Lula tem entre suas prioridades nesta semana a indicação à vaga deixada pelo ministro Ricardo Lewandowski no Supremo Tribunal Federal (STF). A expectativa de aliados é que o anúncio ocorra antes de uma nova viagem do presidente, no próximo fim de semana, à Europa. A agenda do Palácio do Planalto também inclui a apresentação do novo arcabouço fiscal, que deve ser enviado hoje ao Congresso, em meio a esforços para debelar resistências na base aliada.

O favorito para a vaga de Lewandowski, que se aposentou na última terça-feira, é o advogado Cristiano Zanin, responsável pela defesa de Lula na Lava-Jato, numa atuação que culminou na anulação de condenações do petista e lhe permitiu retomar a elegibilidade. A expectativa era que Lula alinhavasse o tema com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que integrou a comitiva presidencial ao país asiático. A indicação precisa ser aprovada pelos senadores, por maioria absoluta.

Embora a falta de posicionamentos de Zanin sobre temas alheios à Lava-Jato e a sua própria atuação na advocacia tenha gerado desconfianças no PT, Lula já elogiou o advogado publicamente em mais de uma oportunidade, chamando-o de "grande revelação jurídica". O presidente também tem dito que tomará a decisão sobre o STF sozinho.

Outro tema crucial para o governo, considerado o primeiro grande teste da gestão Lula no Congresso, o projeto do novo arcabouço fiscal deve ser apresentado em sua versão completa aos parlamentares em meio a críticas de partidos como PT e PSOL. O texto prevê novas regras para despesas públicas em substituição ao teto de gastos.

Detalhes já trazidos a público pelo Ministério da Fazenda fizeram o texto virar alvo de deputados da base mais próxima a Lula. A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, deputada federal pelo Paraná, se disse "surpreendida" com a sugestão do secretário do Tesouro, Rogério Ceron, de mudar os pisos constitucionais da saúde e educação para viabilizar a nova regra fiscal. A possível mudança também é combatida pelo PSOL (leia mais na página 7).

QUESTÕES DELICADAS Além do arcabouço, outra iniciativa gestada pela Fazenda e que será discutida por Lula com auxiliares nesta semana envolve medidas contra a sonegação de **impostos** sobre produtos importados através de **plataformas** de comércio eletrônico. A equipe do ministro Fernando Haddad pretende endurecer a fiscalização para evitar dribles à tributação de importados, sob o argumento de que a prática leva a uma concorrência desleal contra varejistas nacionais, que pagam **impostos**.

A iniciativa, contudo, gerou ruídos por conta da possibilidade de que as compras online, na prática, fiquem mais caras, o que atingiria a popularidade do governo.

Em outra frente, Lula comandará amanhã uma reunião com todos os governadores e os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), do Senado e do STF, Rosa Weber, para discutir medidas que contenham a escalada de violência em ambiente escolar.

Integrantes do governo afirmam que há pressão para a rápida entrega de soluções, apesar da complexidade do assunto.

O Ministério da Educação tem trabalhado na elaboração de um programa de proteção às escolas que envolve um pacote de investimentos e uma série de recomendações sobre o tema. Caberá a Lula avaliar as sugestões e dar seu aval até amanhã.

Carlos anuncia que deixará redes de Bolsonaro

- O vereador do Rio Carlos Bolsonaro (Republicanos) anunciou ontem que deixará de administrar as redes sociais do pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro. No Twitter, ele reclamou de "ser tratado de modo que nem um rato mereceria". Na postagem, o filho do ex-presidente afirmou que a decisão foi tomada pensando em uma nova fase da sua vida.

- "Após mais de uma década à frente e ter criado as redes sociais de @jairbolsonaro, informo que muito em breve chegará o fim deste ciclo de vida VOLUNTARIADO.

Pessoas ruins se dizem as tais e ganham muito com o suor dos outros que trabalham de verdade e isso não é excessão (sic) aqui", escreveu.

- Carlos é apontado pelo próprio ex-presidente como um dos principais responsáveis por sua chegada ao Palácio do Planalto.

- "Difícil ficar sozinho anos e ser tratado de modo que nem um rato mereceria. Anos de muita satisfação pessoal e tenho certeza que de muita valia para pessoas boas e também às mais ingratas e sonsas", postou o filho de Bolsonaro.

- Antes das eleições de 2018, Carlos já detinha a senha do Twitter de Bolsonaro. Ele administrou essa conta e outras plataformas do pai nos últimos anos.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Apoio do BNDES a obras no exterior vai passar por aval do TCU



Gordon, diretor do BNDES: "Estamos focados na exportação de bens e produtos, não estamos falando de serviços"

Francisco Góes e Paula Martini Do Rio

O desejo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que o Brasil volte a financiar obras de empresas brasileiras no exterior deve enfrentar dificuldades para se tornar realidade.

Qualquer movimento no sentido de retomar a participação de companhias nacionais em projetos de construção e engenharia fora do país vai exigir articulação com os órgãos de controle - Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria-Geral da União (CGU) - e também com o Congresso Nacional. Essa é a visão de especialistas e do próprio Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), braço do Estado brasileiro com o qual Lula conta nessa empreitada: "Estamos focados, neste momento, na exportação de bens e produtos, não estamos falando de serviços", diz José Luis Gordon, diretor de desenvolvimento produtivo, inovação e comércio exterior do BNDES.

A exportação de serviços de construção e engenharia pelas empreiteiras brasileiras foi motivo de controvérsias nos governos anteriores do PT, uma vez que houve operações para países ideologicamente alinhados, casos de Venezuela e Cuba, que resultaram em atrasos de pagamento. Também houve inadimplência em transações com Moçambique, na África.

Em janeiro, depois da visita de Lula à Argentina, a "Folha de S. Paulo" noticiou que até setembro de 2022 havia US\$ 1 bilhão de pagamentos em atrasos ao BNDES referentes à exportação de bens e serviços.

Embora o BNDES não tenha sofrido prejuízos porque as operações tinham garantia federal, a União precisa, nesses casos, negociar os pagamentos com os devedores. Em situações de calote, se o importador não honra os compromissos, a conta é paga pelo Tesouro, dizem especialistas.

O apoio do BNDES às exportações de serviços está suspenso desde 2016, no governo **Temer**. Em outubro daquele ano, o banco informou que estavam suspensos desembolsos para 25 projetos contratados na área de exportação de serviços de engenharia que somavam US\$ 7 bilhões e incluíam empreiteiras envolvidas na Lava-Jato: Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão.

A suspensão desses contratos ocorreu não por irregularidades, mas por avaliação de risco de crédito.

Veio o governo de Jair Bolsonaro e esse segmento seguiu paralisado.

Agora, com a volta do PT e de Lula ao poder, o presidente eleito considera importante o apoio do Brasil a projetos em países vizinhos, caso da Argentina, que se encontra em dificuldades financeiras.

Na primeira visita de Estado que fez, em janeiro, Lula disse, em Buenos Aires, que o BNDES poderia financiar o gasoduto de Vaca Muerta, um megaempreendimento de infraestrutura.

Até agora não há, porém, demanda de crédito de empresas brasileiras no BNDES para financiar grandes projetos no exterior, diz Gordon. O diretor e pessoas próximas do banco que conhecem o tema dizem que o BNDES precisará fazer, primeiro, um alinhamento com o TCU. Toda e qualquer operação precisará ser avaliada e monitorada. Também será necessário analisar a capacidade de pagamentos dos importadores considerando as garantias oferecidas.

Nesse tipo de operação, o BNDES financia, no Brasil, a empresa e os produtos brasileiros a serem exportados para um determinado projeto. Pode ser gasoduto, estrada, hidrelétrica, porto ou aeroporto para ficar em exemplos do passado recente. O devedor fica sendo o importador, no caso o governo do país beneficiado pela obra.

A necessidade de alinhamento com os órgãos de controle demonstra, na visão de Vinicius Carrasco, professor da PUC e ex-diretor do BNDES, que o quadro hoje é diferente: "Houve um processo que levou ao escrutínio maior [das estatais] pelos órgãos de controle, que vão colocar limites de atuação e de intensidade nas linhas que o BNDES atuava antes de 2016".

Gordon, o diretor do BNDES, diz que a exportação deve ser prioridade pois gera empregos, renda e divisas.

Afirma que, nos últimos anos, o apoio do banco na área se reduziu (ver quadro acima). Mas especialistas dizem que esse movimento ocorreu, a partir de 2016, porque o banco abandonou os juros subsidiados.

Gordon diz que uma prioridade de curto prazo é reduzir os "spreads" (taxas de intermediação) cobradas nessas linhas. Essa taxa é de pouco mais de 1% ao ano. Especialistas dizem que se o banco cortar ali terá que compensar a redução aumentando outra linha. O banco trabalha com meta de "spread" para a carteira de crédito como um todo, disse fonte.

A redução dos "spreads" na exportação de bens se insere em esforço maior da gestão do BNDES de reduzir o custo da Taxa de Longo Prazo (TLP), principal indexador do banco nos financiamentos às empresas. Gordon disse que o banco segue trabalhando para apresentar alternativas ao atual formato da TLP, mas não citou prazos.

Outra iniciativa, esta mais de médio e longo prazos, é a criação de uma agência de crédito à exportação, um BNDES Exim. A medida teria a vantagem, segundo Gordon, de ter uma estrutura dedicada ao tema e poderia haver ainda benefícios tributários que reduziriam o custo das operações. A criação de um Eximbank foi ventilada no passado, mas nunca saiu do papel.

Gordon prosseguiu: "O BNDES vai apoiar todos os projetos do setor industrial brasileiro para a exportação". E completou: "Se o setor industrial brasileiro tiver necessidade, o BNDES vai apoiar dentro das regras permitidas para a exportação de produtos e bens. Vai apoiar para Argentina, Europa, África, para onde houver demanda. Esse é o papel de um banco de desenvolvimento".

Ele reforçou, porém, que para voltar a estruturar a exportação de serviços será preciso uma discussão com o TCU e o Congresso: "Não estamos olhando o apoio a serviços [por enquanto], só produtos.

Não tem nem demanda para isso".

Se e quando houver, o país tem mecanismo de garantia contra calotes de importadores, lembrou, referindo-se ao Fundo de Garantia à Exportação (FGE). É um fundo de natureza contábil, criado em 1997, que dá garantias nas operações de seguro de crédito à exportação. Para Gordon, como os recursos do FGE têm origem no pagamento de prêmios feitos pelos exportadores, não se pode dizer que se usa dinheiro público para cobrir inadimplências.

"Não é dinheiro dos impostos", afirmou.

Especialistas discordam até porque o dinheiro do FGE vai para o caixa único do Tesouro. No fim, a "viúva" paga a conta, dizem técnicos.

Sérgio Lazzarini, do Insper e da Ivey Business School (Canadá), diz que política de apoio à exportação faz sentido se financiar empresas que aumentem a produtividade: "O que uma empresa de construção pode ganhar de produtividade ao fazer um projeto na Argentina?", questiona.

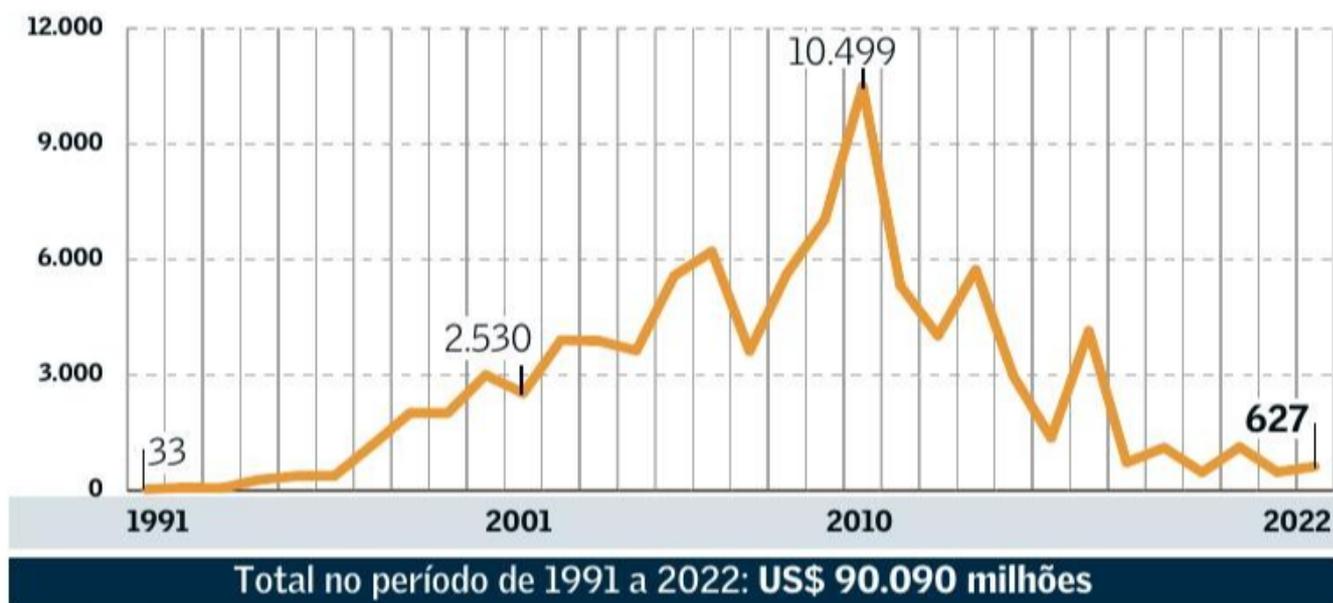
Gordon diz que o apoio à exportação faz sentido e bastaria olhar para a experiência internacional: "Todos os países desenvolvidos fazem".

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187521?page=1§ion=1>

Desembolsos em queda

BNDES quer retomar exportações - US\$ milhões



Fonte: BNDES

Melhor, com riscos (Editorial)

A mais recente revisão do cenário mundial feita pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) sugere resiliência do crescimento econômico e queda gradual da **inflação**, mas com riscos importantes para o restante deste ano e para 2024.

Em relação à projeção de outubro do ano passado, a expectativa para o avanço do Produto Interno Bruto global subiu de 2,7% para 2,8%. Embora se observe uma desaceleração em relação ao ritmo do ano passado, de 3,4%, a análise indica permanência da demanda nas maiores economias.

Nas três principais regiões, a situação é melhor que a esperada há alguns meses. Nos Estados Unidos ainda se vê sustentação em razão da poupança acumulada pelas famílias durante a pandemia; na Europa não ocorreu uma crise de energia em razão do inverno ameno; na China observa-se uma retomada importante depois do relaxamento das restrições sanitárias.

O gigante asiático deve crescer 5,2% neste ano, depois de amargar apenas 3% em 2022. O impacto positivo chinês se estende para o conjunto dos países emergentes, que também devem ter bom desempenho, com alta de 3,9% em 2023.

A instituição projeta em seu cenário-base uma continuidade dessa trajetória de retomada no ano que vem, quando a economia mundial aceleraria para 3%. Tal resultado seria muito positivo, mas há alertas importantes.

Os principais riscos para uma recaída recessiva derivam da lenta queda da **inflação** e dos impactos defasados do aperto monetário, sobretudo nos EUA, onde os juros subiram de zero para 5% ao ano em pouco mais de 12 meses -o que já provoca estresse financeiro, evidenciado pelos problemas em bancos regionais mais frágeis.

A **inflação** mundial deve cair de 8,77% em 2022 para 7% agora e 4,9% em 2024, patamar ainda desconfortável diante das metas dos principais bancos centrais. A força do emprego e dos salários pressiona os preços dos serviços.

Por isso, as taxas de juros devem permanecer altas nos principais centros financeiros, com consequências difíceis de prever. Depois de uma década de juros muito baixos (2008-2019), não se sabe como a contração monetária ainda em curso impactará a

saúde de bancos e das empresas.

O ambiente ainda é perigoso, portanto. Para o Brasil, o cenário do FMI é de crescimento baixo neste ano, de apenas 0,9%, mas haveria uma melhora em 2024, para 1,5%.

Construir tal caminho, e idealmente superar o prognóstico, dependerá de boa condução local da política econômica. Eliminar quaisquer dúvidas sobre o equilíbrio fiscal e conduzir reformas, sobretudo a tributária, são os objetivos essenciais neste momento.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50249>

Quatro fundos imobiliários perdem R\$ 1,8 bi

Lucas Bombana

SÃO PAULO

Após os fundos imobiliários de galpões logísticos sofrerem com a inadimplência de grandes varejistas, a falta de pagamentos agora afeta o desempenho de quatro fundos que investem em CRIs (Certificados de Recebíveis Imobiliários).

Os fundos Hectare CE, da gestora Hectare Capital, o Devant Recebíveis Imobiliários, da Devant Asset, e os fundos Tordesilhas e Versalhes, da RCap Asset acumulam desvalorização de cerca de 40% na Bolsa desde o início do ano. Juntos, eles têm aproximadamente 550 mil cotistas.

Desde o início do ano, o valor de mercado dos quatro fundos já desabou cerca de R\$ 1,79 bilhão, passando de R\$ 3,97 bilhões no final de dezembro para R\$ 2,17 bilhões no dia 13 de abril, segundo dados compilados pela plataforma TradeMap, uma desvalorização de 45%.

A reportagem procurou as empresas Hectare, Devant, RCap e RTSC e deu o prazo de uma semana, mas elas não responderam até a publicação deste texto.

Também conhecidos como fundos de papel, esse tipo de aplicação empresta o dinheiro captado junto aos investidores para financiar obras, em especial nos setores de varejo e turismo. Para isso, compram cotas dos CRIs emitidos pelas empresas responsáveis pelos empreendimentos, em troca de uma taxa fixa de remuneração, que geralmente prevê pagamento periódico de juros.

Ao longo do ciclo de alta da Selic (taxa básica de juros), esses fundos estiveram entre os preferidos dos investidores, já que os títulos que eles compram têm como indexador o CDI, que vinha em trajetória ascendente, ou o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), também em patamares elevados.

A alta dos juros, no entanto, aumentou o tamanho da dívida das empresas, que passaram a ter dificuldades para pagar todas as obrigações junto aos fundos.

"A queda nos últimos meses foi o mercado tentando se antecipar a essa piora nas condições de crédito dos títulos nas carteiras dos fundos", diz Marx Gonçalves, analista de fundos imobiliários da Nord Research.

As gestoras responsáveis pelos fundos têm o mesmo controlador, o grupo RTSC, além de possuírem dívidas emitidas pelas mesmas empresas.

"Um problema que aconteceu é que, conforme os fundos foram crescendo de tamanho, não houve uma diversificação, com o risco se concentrando nos mesmos devedores", diz Leonardo Veríssimo, analista de fundos imobiliários da Guide Investimentos.

Entre as empresas emissoras dos CRIs inadimplentes está a GPK (Gramado Parks), responsável por empreendimentos turísticos no município gaúcho, a WAM Holdings, que atua no setor de multipropriedades, e o Circuito de Compras, que opera o shopping Feira da Madrugada no Brás, em São Paulo.

Segundo cálculos do analista da Guide, os papéis inadimplentes representam fatias relevantes nas carteiras, de cerca de 14% no caso do Tordesilhas, de quase 48% no Versalhes, e em torno de 30% e 22% nos fundos da Hectare e da Devant, respectivamente. "Se tivermos novos fatos relevantes sobre aumento da inadimplência, a tendência é que os fundos caiam mais de preço", diz.

No investimento no Circuito de Compras, outro fundo da RCap, o XB XO11 tem como único investimento em carteira um FIP (Fundo de Investimento em Participação) que detém o controle do empreendimento na região central de São Paulo.

Nesse caso, o dinheiro dos investidores aportado nos CRIs serviu para fazer um empréstimo para um empreendimento detido indiretamente por um dos fundos de uma gestora que compõe o mesmo grupo econômico das demais, com os fundos, portanto, nas duas pontas, tanto como sócios do negócio quanto como credores, diz Veríssimo, da Guide.

O conflito relacionado ao caso do shopping da Feira da Madrugada motivou uma denúncia junto à CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

A empresa responsável pela estruturação de muitos dos CRIs presentes nas carteiras, a Fortesec, é também uma controlada da RTSC.

A Fortesec informou em nota que os CRIs inadimplentes estão em fase de renegociação e que todas as mudanças de cenário macroeconômico têm sido consideradas.

"A Fortesec tem o mesmo controlador que as gestoras -modelo comum no mercado financeiro e adotado por diversas instituições de grande porte. Gestoras essas que aprovaram em seus regulamentos a compra de operações emitidas pela Fortesec", informou a empresa.

Gonçalves, da Nord, diz, no entanto, que o modelo compartilhado adotado pelas gestoras e pela empresa de estruturação dos CRIs não costuma ser observado na maior parte do mercado. "Eles são uma exceção, e há até certa polêmica em relação a esse modelo adotado."

Sócio do Clube FII e professor de finanças, Arthur Vieira de Moraes explica que, pelas regras de mercado, em casos em que há algum risco de conflito de interesse, a gestora convoca assembleia de cotistas e precisa obter a aprovação de pelo menos 25% dos investidores para seguir com a operação. "Como é o dinheiro do cotista envolvido, o gestor explica o conflito e cabe ao cotista decidir."

Ele diz que esses fundos são conhecidos como "high yield", ou de alto rendimento, e tradicionalmente embutem um nível de risco maior em troca de uma expectativa de retorno mais alta.

"Se os fundos oferecem uma alta rentabilidade, é porque investem em ativos mais arriscados", diz, acrescentando ser comum encontrar nas carteiras títulos com taxas de remuneração na casa dos dois dígitos. "Quem investe deveria estar ciente de que está assumindo um risco bem maior."

Na opinião de Moraes, a queda registrada nos fundos é exagerada, considerando que, mesmo que os CRIs não paguem as dívidas em aberto, as operações contam com garantias a serem executadas.

Gonçalves, da Nord, diz que, com um cenário macroeconômico em que os juros e a **inflação** continuam em níveis elevados, não vê espaço para uma recuperação dos fundos no curto prazo.

Segundo o analista, há fundos de papel que correm menos risco, conhecidos como "high grade", ou grau de investimento, e de tijolos, que investem em lajes corporativas, com perspectivas mais favoráveis para o investidor que busca alternativas para compor a carteira.

As gestoras anunciaram reduções importantes no pagamento de dividendos aos cotistas, um dos principais chamarizes da categoria.

A Devant informou, no dia 10, que irá distribuir R\$ 0,70

por cota em abril, uma queda de 22% na comparação com março. Já a Hectare fará o pagamento de R\$ 0,50 por cota, recuo de 28,5%. No Versalhes, os dividendos serão de R\$ 0,03, queda de 50%, enquanto o Tordasilhas informou que não fará distribuição de dividendos no mês.

Segundo relatório de gestão de fevereiro da Hectare e da Devant, quando alguns dos CRIs em carteira já davam indícios de insuficiência financeira para honrar seus compromissos, o cenário macroeconômico de juros altos e a pandemia contribuíram para os problemas, além da proposta de estratégias envolver um nível maior de risco.

"Além das particularidades de cada ativo, o cenário macroeconômico exerce influência significativa no desempenho das operações. É importante que o investidor tenha essa sensibilidade ao analisar a performance de qualquer produto de investimento", indicou a Devant.

A Hectare pontuou que a estratégia do fundo "vai além do tradicional praticado pela média do mercado, mirando uma maior rentabilidade através da exposição a segmentos considerados menos óbvios e a operações de estrutura mais complexa."

Ainda segundo os gestores da Devant, a movimentação nas cotações recentes do fundo pode estar relacionada a uma piora recente do cenário macroeconômico, mas principalmente ao efeito de manada. "Conceito que define um mesmo comportamento de vários indivíduos sem que haja racionalidade para tal."

Fundos que enfrentam dificuldade após inadimplência

Hectare CE

Código: HCTR11

Valor de mercado:

R\$ 1,16 bilhão

Número de cotistas:

208,9 mil

Queda em 2023: -476%

Devant Recebíveis Imobiliários

Código: DEVA11

Valor de mercado:

R\$ 733,8 milhões

Número de cotistas: 133,2 mil

Queda em 2023: -40,1%

Tordesilhas

Empreendimentos

Imobiliários

Código: TORD11

Valor de mercado:

R\$ 133,2 milhões

Número de cotistas: 107,3 mil

Queda em 2023: -48,3%

Versalhes Recebíveis Imobiliários

Código: VSLH11

Valor de mercado:

R\$ 144,5 milhões

Número de cotistas: 95,2 mil

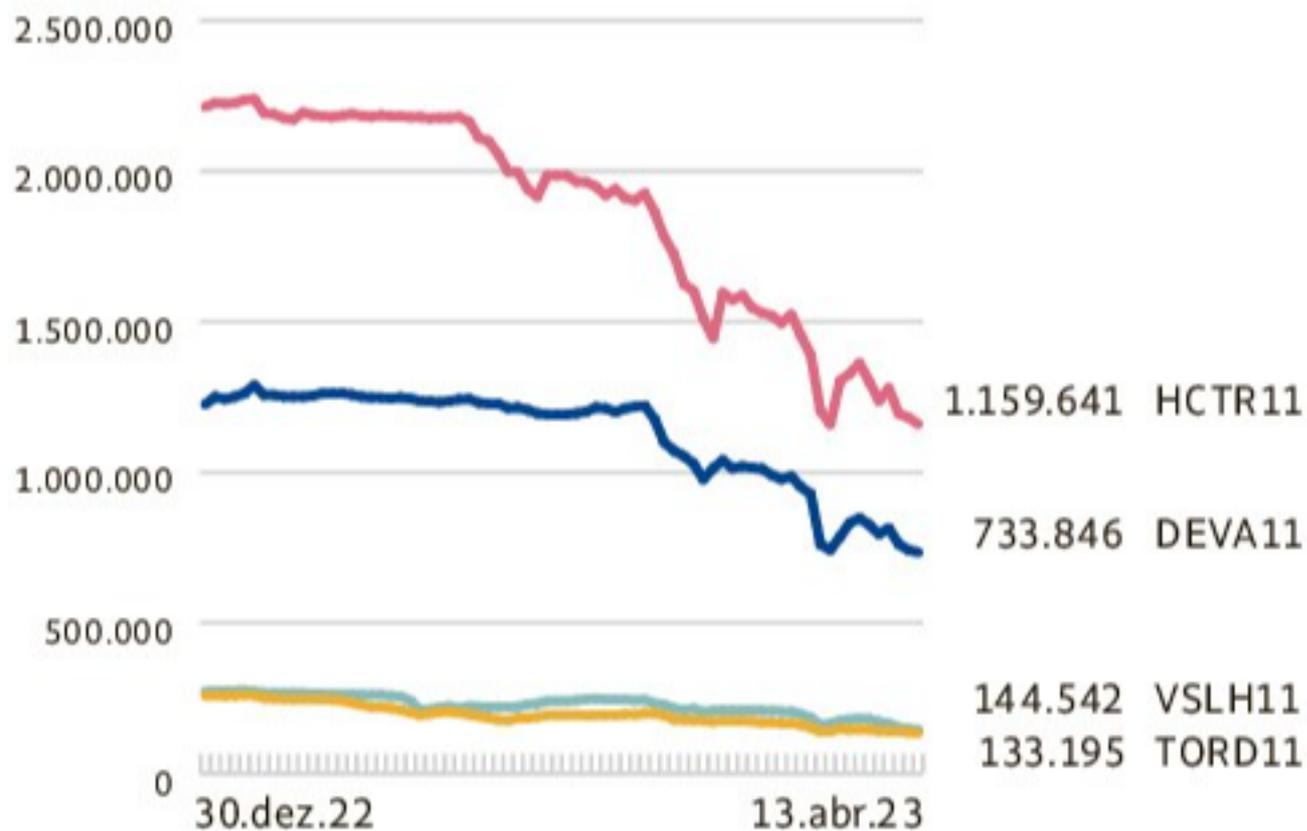
Queda em 2023: -46,7%

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50249&anchor=6476018&maxTouch=0&pd=1f00a04a5f58d5d4f5d9f4dcf668ea91>

Queda do valor de mercado de alguns dos fundos imobiliários de papel em 2023

Em R\$ milhares



Fonte: TradeMap

BCs sinalizam fim de ciclo de juro alto

**LUIZ GUILHERME GERBELLI SÃO PAULO ANNA
CAROLINA PAPP BRASÍLIA**

A economia global começa a dar sinais de que o capítulo de alta de juros pode estar chegando ao fim. Os dados mais recentes de **inflação** e as sinalizações das autoridades monetárias indicam que os principais bancos centrais do mundo encerraram ou estão próximos de terminar o chamado aperto monetário.

Os riscos ainda existem, sobretudo quando se olha para o comportamento de preços relacionados a serviços, ainda resilientes.

Mas a **inflação** de bens duráveis - provocada pela desorganização das cadeias produtivas no auge da pandemia - começou a perder fôlego.

Hoje, a leitura é de que a **inflação** se dá mais por questões particulares de cada país do que por um efeito global.

"Olhando tanto para países avançados como para emergentes, estamos no fim desse processo (de alta de juros)", diz Andréa Damico, sócia e economista-chefe da Armor Capital.

"Quando a gente olha para **inflação**, a gente vê uma desaceleração mais relevante de bens." Nas últimas semanas, algumas economias começaram a apresentar dados de **inflação** melhores do que o esperado.

Nos Estados Unidos, os números divulgados pelo Departamento de Trabalho mostraram que a **inflação** acumulada em 12 meses recuou de 6%, em fevereiro, para 5% em março.

O presidente Joe Biden falou em "progresso continuado".

Na China, a taxa anual da **inflação** ao consumidor (CPI) subiu 0,7% em março, abaixo da previsão de analistas, de 0,9%. E no Brasil, o IPCA chegou a 4,65% em 12 meses, resultado mais baixo desde janeiro de 2021.

"Era esperado que a **inflação** desse esses sinais de melhora, mas, claro, ainda é um processo gradual. A batalha não está totalmente vencida", afirma Silvio Campos Neto, economista da consultoria Tendências.

A percepção de que o mundo começa a virar a página

na condução da política monetária também abre um horizonte mais positivo para a economia global, de que ela pode não sofrer tanto como se esperava no ano que vem - o que, consequentemente, pode beneficiar o Brasil.

Por ora, as projeções para o Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2024 são fracas. Na semana passada, o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou uma previsão de crescimento global de 3%, pouco acima da esperada para 2023, de 2,8%. A expansão esperada para o Brasil é de 0,9% neste ano e de 1,5% no próximo.

"São dois anos de crescimento baixo, mas a percepção de um fim de ciclo no curto prazo já traz certo alívio, tira do cenário a possibilidade de situações mais extremas", diz Campos Neto.

"Os efeitos (da política monetária) são defasados. A economia mundial deve ter um período de maior dificuldade no segundo semestre. Mas, a partir do segundo trimestre de 2024, já pode haver um espaço para uma retomada, não acelerada, um pouco mais consistente."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O desafio do arcabouço fiscal - HENRIQUE MEIRELLES

HENRIQUE MEIRELLES

O governo deve apresentar nos próximos dias ao Congresso o projeto do novo arcabouço fiscal.

O texto final ainda não está disponível no momento que escrevo esta coluna e certamente será modificado pelos parlamentares nas próximas semanas. Portanto, vou tratar aqui do que é possível concluir com o que foi apresentado.

O arcabouço fiscal surge para substituir o teto de gastos como regra para limitar o gasto público, um ponto essencial para evitar uma explosão da dívida pública e buscar recuperar o crescimento econômico.

O primeiro aspecto é que a regra do arcabouço é mais complexa do que a do teto. O teto é simples: a despesa do ano é corrigida pela inflação do ano anterior.

O arcabouço é móvel, prevê que o gasto será de 70% do aumento da receita, oscilando entre um crescimento real de 0,6% e 2,5% ao ano.

Na primeira apresentação, o documento divulgado pelo Ministério da Fazenda afirma que o arcabouço será capaz de produzir superávits primários, o primeiro deles em 2025. Como a despesa vai crescer acima da inflação todos os anos, parece difícil que o governo consiga produzir superávits e atingir a meta prevista. Nas simulações feitas até agora por colegas economistas, este superávit não é atingido.

Com os números e regras apresentados pelo governo até agora, não parece possível atingir o objetivo de conter o crescimento da dívida pública, um dos principais objetivos da regra.

Desde que o governo anterior passou a não respeitar o teto de gastos, a trajetória da dívida pública voltou a ser de crescimento. Para um país emergente, a dívida brasileira tem níveis preocupantes. O objetivo do teto e do arcabouço é reduzir gastos para controlar a dívida e, com isso, sinalizar disciplina e atrair investimentos capazes de impulsionar o crescimento da economia.

Pelo que temos em mãos, os objetivos do arcabouço só podem ser atingidos em caso de aumento de receita. O ministro da Fazenda falou em cerca de R\$

150 bilhões de aumento, que viriam a partir de diversas medidas. Sinalizou mudanças para reduzir benefícios. Por princípio, as regras fiscais concentram-se nas despesas, porque é o fator sobre o qual os governos têm controle; as receitas estão fora do controle de qualquer administração.

Portanto, buscar o controle de gastos é sempre mais eficiente do que torcer por receitas.

Espero que o projeto enviado ao Congresso esclareça alguns pontos do arcabouço e que o texto não sofra muitas modificações para abrir brechas para mais gastos. O Brasil não está em condições de se aventurar em outra temporada de "gasto público é vida".

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ameaça de protecionismo (Editorial)

A preocupação com a desaceleração econômica neste ano e com a **inflação** maior está levando governos mundo afora a adotar restrições a exportações de produtos essenciais como alimentos, medicamentos, combustíveis e matérias-primas minerais. Essa tendência já tinha sido constatada durante a pandemia, mas se acelerou com a invasão da Ucrânia pela Rússia, há pouco mais de um ano. Também se constata maior número de barreiras às importações de bens essenciais em uma tentativa de alguns países de incentivar investimentos na produção local desses produtos.

É o que demonstra relatório da Global Trade Alert, entidade criada em 2009 para monitorar o protecionismo global, ligada à Universidade de St. Gallen, na Suíça.

O comércio internacional já apresenta um movimento significativo de redução de ritmo de negócios e as perspectivas não são de melhora para os próximos meses. A Organização Mundial do Comércio anunciou há dias que prevê um aumento modesto, de apenas 1,7%, no crescimento do comércio entre países, depois de uma expansão de 2,7% no ano passado.

Para o Brasil, qualquer notícia sobre mais protecionismo não é, obviamente, boa. Entraves às exportações adotados por outros países podem tanto dificultar a compra no exterior de insumos dos quais o País é dependente, como na área da saúde, como o encarecimento das importações, com impacto inflacionário.

O País depende de importações em setores muito sensíveis da economia, a começar pelos derivados de petróleo. Como se sabe, o Brasil é o nono maior produtor de petróleo do mundo, segundo levantamento de 2022 do Instituto Brasileiro do Petróleo e Gás, e exporta muito o produto. Mas, por causa das suas deficiências de refino, é também grande importador de derivados.

Qualquer maior dificuldade à compra de gasolina e outros derivados desorganiza o segmento, já bastante afetado pelo recente anúncio de cortes na produção por países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e pelas informações desencontradas sobre a política de preços da Petrobras. Outra área em que o Brasil é altamente dependente de matérias-primas e equipamentos é o segmento de saúde: o governo calcula que o déficit da balança comercial nessa área chega a US\$ 20 bilhões

ao ano.

Além disso, obstáculos às exportações brasileiras são sempre fator de preocupação para empresários e governo. As exportações constituíram-se num fator decisivo de crescimento do Brasil nos últimos anos, com destaque para o agronegócio e a mineração. Cresce o número de pequenas e médias empresas que vendem ao exterior, o que ajuda a reduzir desigualdades regionais.

Nas entidades mundiais, mais especificamente na Organização Mundial do Comércio, é preciso que o Brasil mantenha uma posição de combate ao protecionismo nas suas variadas formas. É compreensível que os governos queiram se preservar de impactos inflacionários que venham de fora, mas existem regras estabelecidas nos fóruns internacionais que precisam ser obedecidas. É fundamental uma presença marcante na defesa dos interesses do País.

Síte: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O dólar abaixo de R\$ 5 e as perspectivas para a moeda - SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

O real se fortaleceu nas últimas semanas, com a cotação do dólar em relação à moeda brasileira enfim caindo abaixo de R\$ 5. Um câmbio valorizado por mais tempo pode ser um fator adicional a abrir espaço para o Banco Central (BC) começara cortar os juros, se isso influenciar as projeções para a **inflação**, que seguem acima das metas perseguidas pelo Banco Central (BC). Apesar da trajetória de apreciação do real nas últimas semanas, porém, há muitas incertezas sobre a sustentabilidade do movimento.

Nos últimos 30 dias, o dólar recuou 38 centavos, passando de R\$ 5,29 para R\$ 4,91. A queda de 7,2% da moeda ocorreu num cenário marcado pela melhora no cenário externo, com a redução dos temores de uma crise bancária nos EUA e na Europa, sinais de alguma moderação da **inflação** americana, o enfraquecimento do dólar em relação a outras moedas e a alta dos preços de commodities.

Além disso, o anúncio do novo arcabouço fiscal no fim do mês passado foi bem visto pelos investidores estrangeiros, que não analisam em tantos detalhes a nova regra para as contas públicas. Para completar, os exportadores têm trazido os dólares para o país, num momento de elevados saldos comerciais, para aproveitar o nível dos juros domésticos, com a Selic a 13,75% ao ano.

Pelo modelo do economista Livio Ribeiro, sócio da BRCG Consultoria, os fatores externos comandam a valorização do real ocorrida desde 15 de março. O motivo preponderante foi o aumento dos preços de commodities, produtos que têm grande peso na pauta exportadora do Brasil. No período, o índice CRB subiu 8,7%. O dólar também perdeu força no mercado internacional, como mostra o indicador DXY, que recuou 3% no último mês. O DXY mede o valor da moeda americana em relação a uma cesta de seis divisas-euro, iene, libra, dólar canadense, coroa sueca e franco suíço. Vale lembrar que o dólar tem se desvalorizado em relação às moedas de outros emergentes, além do Brasil.

Entre os fatores externos, o modelo de Ribeiro leva em conta os preços de commodities, a moeda americana no mercado internacional, a taxa de 10 anos dos títulos do Tesouro americano e a parte do risco Brasil

explicada por questões globais. As outras duas variáveis são a diferença entre os juros externos e os brasileiros e os fatores internos. Segundo Ribeiro, a dinâmica do real desde 15 de março foi dominada pelo comportamento das commodities, com contribuições relevantes do DXY e do CDS (creditdefaultswaps, espécie de seguro contra calotes), uma medida de risco país. O CDS pode se mover por motivos globais ou locais, destaca Ribeiro, também pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). Nessa janela, o modelo aponta para a queda do CDS apenas devido a fatores externos, ligados à melhora da percepção do risco dos emergentes.

Nas contas do economista, a diferença entre os juros externos e os domésticos não colaborou para o fortalecimento do real no período nos últimos 30 dias, a distância entre as taxas de juros de um ano do Brasil e dos EUA na verdade se estreitou um pouco, de 7,77% para 7,29%. Por fim, os fatores domésticos são o "resíduo" não explicado nem por motivos externos nem pela diferença de juros. De 15 de março para cá, não teriam contribuído para a valorização da moeda brasileira, pelo modelo de Ribeiro.

Além da melhora do cenário global, o último mês também foi marcado pelo anúncio do novo arcabouço fiscal. Especialistas em contas públicas apontaram problemas na regra, como a necessidade de aumento permanente de receitas e de ela prever elevações anuais dos gastos, entre 0,6% e 2,5% acima da **inflação**. No entanto, os investidores estrangeiros, em especial, viram no anúncio um sinal para apostar na moeda brasileira, por ver nele algum rumo para as contas públicas.

Ribeiro ressalta a diferença de atitude entre os participantes do mercado domésticos e os do exterior. O simples fato de a regra fiscal ter sido anunciada levou estrangeiros a decidir pela compra de reais ou pela reversão de operações contra a moeda brasileira, tendo como pano de fundo um quadro global em que a aversão ao risco diminuiu, com a redução dos temores de uma crise do sistema financeiro nos EUA e na Europa e números mais favoráveis sobre a **inflação** americana e alguma moderação na atividade econômica por lá, indicando que a alta de juros nos EUA poderá ser menos intensa do que se esperava.

Por fim, os exportadores estão trazendo os recursos de suas vendas no exterior para o Brasil, para se beneficiar dos altos juros domésticos. No primeiro trimestre, o fluxo de dólares foi positivo em US\$ 12,524 bilhões, o maior para os três primeiros meses de um ano desde 2012, sustentado quase integralmente pelo câmbio comercial.

Com a perda de fôlego da economia, à exceção do setor agropecuário, a desaceleração do crédito e o comportamento mais benigno da **inflação**, o câmbio mais valorizado é um fator a mais que pode permitir o começo do ciclo de queda da Selic. Já as expectativas inflacionárias jogam contra o início dos cortes dos juros, por apontarem um Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acima das metas perseguidas pelo BC, de 3,25% neste ano e de 3% a partir do ano que vem. Um dólar em torno de R\$ 5-ou abaixo desse valor - por mais tempo poderia ajudar a reduzir a **inflação** corrente e também as estimativas para o IPCA.

Para Ribeiro, porém, o dólar não deve continuar abaixo de R\$ 5. "Seguimos céticos quanto à sustentabilidade da apreciação do real", afirma ele, embora note que as projeções da BRCG já foram piores. Hoje, ele prevê um dólar de R\$ 5,25 no fim deste ano e de R\$ 5,60 no fim do que vem no seu cenário-base. Há um mês, as estimativas eram de R\$ 5,45 e R\$ 5,85. Na visão do economista, fatores como os preços de commodities, a taxa dos títulos do Tesouro americano de longo prazo e o dólar no mercado internacional devem caminhar numa direção desfavorável para a moeda brasileira. "E eu sou cético em relação ao arcabouço fiscal, ao que será necessário para colocá-lo em pé e às medidas que o governo vai ter que tentar passar- para torná-lo viável" Para ele, é difícil que a regra fique "estruturalmente" em pé. Isso pode até ocorrer no curto prazo, "mas ao custo de um aumento de tributação, que vai deprimir crescimento, vai deprimir renda disponível", avalia Ribeiro.

O economista considera que isso pode levar a um cenário de "grandes mudanças de fundamento e grandes mudanças de preço". Nesse quadro, o dólar não ficaria na casa de R\$ 4,90 até o fim do ano, voltando a subir nos próximos meses.

Ainda há muita incerteza sobre a trajetória do câmbio até o fim do ano

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187521?page=1§ion=1>

Subsídios de Biden já atraíram US\$ 200 bi em investimentos

Amanda Chu e Oliver Roeder Financial Times, de Nova York

Os compromissos de investimentos no setor industrial dos EUA já somam mais de US\$ 200 bilhões desde que o Congresso aprovou amplos subsídios no ano passado, mostrando que o esforço do presidente Joe Biden para desencadear uma nova revolução industrial estão ganhando ímpeto.

Os investimentos em tecnologias limpas e semicondutores são quase o dobro dos compromissos feitos nos mesmos setores em 2021, e quase vinte vezes mais o total de 2019, segundo dados compilados pelo "Financial Times".

Em 2019, o "FT" identificou quatro projetos avaliados em torno de US\$ 1 bilhão em cada um desses setores, e depois de agosto de 2022 havia 31 projetos desse tamanho.

Mais de US\$ 40 bilhões em investimentos estavam planejados desde o começo do ano. Mas depois que as gigantes asiáticas LG, Hanwha e LONGI anunciaram acordos no último mês, o total dos grandes investimentos subiu para US\$ 204 bilhões em 14 de abril.

"Vemos agora uma significativa movimentação com relação a investir nos EUA", disse a secretária de Energia americana, Jennifer Granholm, na semana passada, referindo-se ao aumento dos investimentos nos últimos meses.

A Lei de Redução da **Inflação** (IRA, na sigla em inglês), sancionada em agosto, inclui US\$ 369 bilhões em créditos fiscais para tecnologias limpas, como parte das promessas do governo Biden para descarbonizar a economia americana.

A Lei dos Chips, também aprovada em agosto, inclui US\$ 39 bilhões em recursos para estimular a produção de semicondutores e US\$ 24 bilhões em créditos fiscais para sua fabricação. Ambas visam romper a dependência dos EUA das cadeias suprimentos chinesas.

As políticas industriais atraíram críticas de aliados europeus e asiáticos, que alegam que os grandes subsídios e exigências feitas pelos EUA configuram

protecionismo. O presidente da França, Emmanuel Macron, que visitou a China na semana passada numa tentativa de melhorar as relações de Paris com Pequim, disse que a IRA poderá "fragmentar o Ocidente".

A União Europeia (UE) anunciou em março sua própria estratégia industrial, com cláusulas para equiparar subsídios em projetos sob o risco de ir para o exterior.

Embora a maioria das promessas de fabricação nos EUA desde agosto tenha vindo de fornecedores internos, cerca de um terço é de empresas sediadas no exterior, segundo os dados do "FT".

Taiwan, Coreia do Sul e Japão respondem pela maior parte dos investimentos estrangeiros.

O "FT" rastreou mais de 75 projetos industriais avaliados em pelo menos US\$ 100 milhões cada, para fábricas de semicondutores, veículos elétricos, baterias e componentes de energia renovável, que foram anunciados desde que as leis foram sancionadas em agosto.

Os anúncios criarão cerca de 82 mil empregos, aponta a análise.

Mais projetos deverão ser anunciados nos próximos meses, conforme o governo americano fornece mais informações às empresas sobre os créditos fiscais.

"A magnitude desses investimentos é bastante impressionante", diz Cullen Hendrix, pesquisador sênior do Peterson Institute for International Economics. "Isso é uma tentativa de ir do zero aos 100 km/h em termos de desenvolvimento de cadeias de suprimentos de uma forma que não víamos há muito tempo."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187521?page=1§ion=1>

Aumenta aversão do resseguro global ao Brasil



Sant'Anna, da BMG Seguros e do IIS: Brasil enfrenta pior aversão do setor de resseguro global nos últimos 20 anos

Sérgio Tauhata De São Paulo

As difíceis condições de renovação de capacidade no resseguro internacional e o momento de crédito mais escasso podem trazer uma dor de cabeça de R\$ 150 bilhões para as companhias brasileiras, avalia o CEO da BMG Seguros e conselheiro do Instituto de Inovação em Seguros (IIS), think tank da FGV, Jorge Sant'Anna. "Temos encontrado lá fora o pior cenário de interesse do resseguro mundial para o Brasil nos últimos 20 anos", diz o executivo. O valor equivale à parte da demanda de seguro garantia judicial que pode ficar sem cobertura neste ano diante do cenário de maior cautela do setor.

A indústria de resseguro internacional vive um "hard market", ou seja, um momento de elevação de preços e aumento de rigor na subscrição dos riscos. A agência de classificação de riscos Fitch afirma que o ambiente de custos mais elevados para a contratação de capacidade de resseguro "deve persistir ao longo de 2023, com o aumento de preços ajudando a compensar **inflação** de sinistros e volatilidade nos mercados financeiros".

No mercado de títulos ILS, ou seja, aqueles atrelados a carteiras de resseguros, "os "spreads" dos novos títulos "cat bonds" estão nas máximas de várias décadas", diz a agência, em relatório sobre o setor. Os cat bonds são papéis de dívida emitidos no mercado de capitais com lastro nos riscos catastróficos. Isso funciona como termômetro das taxas de resseguro, porque serve como importante fonte de financiamento

para companhias do setor.

Conforme a agência de rating, as taxas de resseguro também permanecem perto dos valores máximos vistos na última década.

De acordo com a Fitch, "nossas fontes estão sugerindo que as renovações de abril terão alguns dos maiores aumentos anuais".

O Brasil enfrenta ainda percepção de aumento adicional de risco para os resseguradores estrangeiros devido a eventos recentes, como a pior seca dos últimos 90 anos no Sul e em parte do Centro-Oeste no ano passado. Também pesa a recente série de pedidos de recuperação judicial realizados por grandes grupos como Americanas, Oi, Cervejaria Petrópolis e outros.

Conforme o CEO da BMG Seguros, "existe uma percepção severa de aumento de risco em relação ao Brasil". A cautela de resseguradores internacionais ocorre, segundo Sant'Anna, "sobretudo pelo efeito Americanas, que impactou os segmentos de seguro de crédito e de fiança locatícia, em conjunto com os eventos climáticos enfrentados pelo setor agropecuário do país e as catástrofes vividas por vários países no mundo em 2022".

O problema maior desse ambiente, na verdade, vem de um reflexo indireto dessa maior aversão a exposição ao mercado brasileiro. De acordo com o especialista, o resseguro internacional começa a ficar restritivo também na subscrição de riscos relacionados ao ramo de seguros de garantia judicial.

"A questão é que o seguro de garantia judicial, na prática, é um grande elemento de "funding" para as corporações no Brasil", afirma o CEO da BMG Seguros. Isso porque, com o uso do instrumento, as empresas evitam ter de depositar grandes somas em contas judiciais para compor uma garantia em processos. O produto substitui, em causas cíveis, trabalhistas, cautelares e outras, a necessidade de provisão para cauções, depósitos judiciais em dinheiro, penhora de bens e fianças bancárias.

Nos últimos dez anos, aponta o executivo, as corporações brasileiras deixaram de provisionar entre R\$ 2 trilhões e R\$ 2,5 trilhões em garantias judiciais,

substituídas pelo seguro, que costuma custar entre 2% e 10% do valor garantido. Apenas em 2022, segundo os cálculos da seguradora, deixaram de sair do bolso das empresas para depósito judicial entre R\$ 100 bilhões e R\$ 150 bilhões. "Diante dessas cifras, podemos dizer que o ramo tem um papel fundamental na liquidez corporativa no país", diz.

A maior parte desse risco é assumido por resseguradores internacionais.

Isso porque o resseguro funciona como uma espécie de "seguro da seguradora". Ao contratar capacidade, as empresas brasileiras, na prática, repassam os riscos da carteira para os grandes grupos internacionais.

De acordo com o conselheiro do IIS/FGV, a demanda por seguro de garantia judicial tende a dobrar neste ano em comparação a 2022, diante da volta do voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, que tende a favorecer o governo. "A estimativa é que a demanda alcance R\$ 300 bilhões para o produto", pontua.

No entanto, sem aumento da capacidade de resseguro, cerca de R\$ 150 bilhões ficariam sem cobertura e teriam de ser desembolsados pelas empresas para constituir as novas garantias nos processos. "Isso é particularmente preocupante em um momento em que vemos uma retração na concessão de crédito no Brasil. Se as seguradoras param de dar seguro garantia judicial, muito provavelmente, os bancos não vão cobrir esse custo." De acordo com Sant'Anna, os maiores grupos brasileiros de seguros têm conseguido apenas manter a capacidade disponibilizada em 2022 em termos de resseguros.

Mas, no geral, a tendência para o setor é de redução do volume de subscrição em 2023.

O evento Americanas reforçou a percepção de aumento de risco no Brasil por conta do crescimento da sinistralidade. Segundo dados da Superintendência de Seguros Privados (Susep), apenas nos dois primeiros meses do ano os sinistros de seguros de crédito alcançaram R\$ 670 milhões. Em todo o ano de 2022, as indenizações alcançaram R\$ 929 milhões. De acordo com a Susep, em 2021 os sinistros foram significativamente abaixo de 2022, com custo de R\$ 504 milhões, ou seja, 45,74% menos.

Outro fator que tem reforçado a cautela do setor de resseguros internacional em relação ao país é o aumento das indenizações do agronegócio. Os números da Susep mostram que, em 2020, os sinistros alcançaram R\$ 3,7 bilhões.

No ano seguinte, a cifra subiu para R\$ 7,1 bilhões. Em 2022, as indenizações do setor agro somaram R\$ 10,5 bilhões.

Além disso, o mercado internacional entrou no modo "hard market" devido à sequência de catástrofes climáticas em 2022.

Os desastres naturais geraram perdas globais de US\$ 125 bilhões para seguradoras e resseguradoras, conforme a Swiss Re.

Sant'Anna também aponta outro fator entre aqueles que têm gerado insegurança nos subscritores estrangeiros. Segundo o executivo, casos de "ativismo judicial" no país inspiram a percepção de pouca segurança jurídica em contratos do setor. "Há casos de juízes que decidem impor o acionamento do seguro sem respeitar as condições dos clausulados", explica. "Isso assusta o ressegurador internacional, que vê que as regras podem mudar de uma hora para outra."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/?editions#/edition/187521?page=1§ion=1>